

Antônio Santana da Mota

Wapte | a juventude Indígena Xakriabá

Entre o chão da aldeia e o chão do mundo

Belo Horizonte - MG

2024

Antônio Santana da Mota

Wapte | a Juventude Indígena Xakriabá

Entre o chão da aldeia e o chão do mundo

Percurso acadêmico apresentado ao curso de Formação Intercultural de Educadores Indígenas FIEI/FaE/UFMG da Universidade Federal de Minas Gerais, como requisito para obtenção do título de Licenciado em Línguas Artes e Literatura.

Orientador: Pedro Rocha

Co-orientadora: Rebeca Cássia de Andrade

Belo Horizonte - MG

2024

*Dedico todo meu trabalho ao meu
povo Xakriabá, em especial a toda
juventude engajada na Luta por
direitos, trazendo a importância da
continuidade, resistência e
aprendizados ancestrais dos nossos
anciões.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Waptôkwa Zawre (Grande Deus) por permitir que eu alcançasse este momento muito importante em minha vida.

Aos meus pais, Antônio Felício da Mota e Aldina Lopes da Mota por terem me criado mesmo diante de tantas dificuldades, sem nunca deixar de nos passar seus ensinamentos vindos da ancestralidade, sempre me incentivando a estudar desde criança até os dias de hoje. Continuarei fazendo histórias porque o primeiro capítulo foi escrito por vocês dois, me colocando no caminho certo da vida, com seus riquíssimos ensinamentos. Ariâtã, mamang, nachatari. Meus sinceros agradecimentos.

E a todos os meus irmãos pelo apoio e incentivo
Mesmo estando longe fisicamente
Vocês estão sempre comigo
Nas horas mais difíceis seremos irmãos e amigos.

Ao meu irmão Dazim
Com sua espiritualidade de guerreiro
Pois nas horas mais difíceis
Eu me comunicava primeiro

Edim com seu jeito brincalhão
Ao contar as dificuldades
Sempre me dava uma solução

Romário quase não tinha muito para falar
Mas sempre à disposição
Para poder me ajudar.

Nei por ser o irmão mais velho
Também não posso deixar de agradecer
Cuidou também dos meus dois filhos

Enquanto eu estava na UFMG.

Mawra e Joselma

Estávamos juntos na mesma caminhada

As duas também fazendo o FIEI

A todos os momentos nos encontrava.

Kawane a irmã caçula

Com sua inteligência e disponibilidade

Estudando direitos

Na mesma universidade.

Jossane e Nelma

As duas irmãs do meio

Sempre dispostas a conversar

Às vezes até me davam conselhos.

À minha companheira Eusélia

Sempre do meu lado

Me ajudando com os meus trabalhos

A ser realizado

Enfrentando os mesmo desafios

Dentro da universidade.

Aos meus queridos filhos

Jamilly, Janisson e Īsenãwa

Foi um dos motivos

Para meus estudos continuar.

Ao saudoso pajé Vicente

Não tenho palavras para expressar

O quanto foi cuidadoso

Com o povo Xakriabá

A cada vinda para o módulo

Sempre disposto a nos ajudar
Com suas orações e ensinamentos
Consegui me formar.

Um grande pajé formado
Com a sabedoria ancestral
Um livro vivo que tenha guardado
O verdadeiro saber
Das plantas medicinal
Mesmo não estando fisicamente
Os seus ensinamentos
Estão sempre presentes.

Na espiritualidade
Podemos conectar
Um pajé nunca morre
Apenas muda de lugar
Em cada ensinamento está presente
O pajé Vicente Xakriabá.

Ao pajé Déda Sirêpte com sua sabedoria, um grande guerreiro que tem contribuído não somente com a juventude, mas também com a luta do povo Xakriabá, orgulho em ter não somente enquanto professor de cultura, mas também como pajé, despertando em nossa juventude em continuar a luta e a valorização do saber tradicional, ancestral do povo Xakriabá.

As lideranças do povo Xakriabá, em especial o doutor de notório saber Sr. Valdemar. Não podemos esquecer das primeiras lideranças que têm lutado em busca da formação dos primeiros professores da nossa educação diferenciada, cacique Rodrigo, Sr. Emilio, Sr. Valdim (em memória) que também foi parte dessa real história.

À toda juventude Xakriabá que estão engajados nos movimentos, enfrentando vários desafios na luta por direitos e a existência do nosso pertencimento étnico.

Ao cacique Domingos Xakriabá, por nos ensinar a caminhar juntos na luta por direitos, um grande exemplo para a juventude que desde os 12 anos de idade vem lutando pelo futuro de quem está presente e aqueles(as) que ainda estão por vir.

Aos meus entrevistados Flávia, Edgar Kanaikõ, Juvana, Dilla Wasady, Neguim, Edvan e Déda Sirêpte, todos foram essenciais para a minha formação dentro da UFMG.

Os guerreiros do Grupo Cultural da Aldeia Prata, a minha base de incentivo durante a minha caminhada, presentes em todos os momentos nessa nova jornada.

À minha turma da LAL, agradeço por fazer parte dessa missão tão importante, além do compromisso com os estudos, me concederam a missão de ser representante de turmas durante a minha jornada de estudante.

À turma do futebol. Os parentes Pataxó, Krenak, Xucuru, Guarani e Maxakali. À toda família UFMG. Agradeço pelas trocas de experiências durante os 4 anos de curso, na construção de um novo aprendizado e a resistência de estarmos com um pé na aldeia e outro no mundo.

Ao meu orientador Prof. Dr. Pedro Rocha e a Co-orientadora Dra. Rebeca agradeço imensamente por toda sua dedicação neste projeto, pela paciência e muito carinho que sempre tiveram comigo, por tudo que me ensinaram nessa trajetória de percurso. Agradeço ainda por todo empenho que tiveram em buscar e indicar fontes colaboradoras para tornar possível este trabalho, tornando os resultados cada vez mais potentes!

A todos os professores e bolsistas do FIEI, em especial, aos professores da Habilitação em Línguas Artes e Literatura (LAL) e aos bolsistas. Vocês são muito especiais. Obrigado pela paciência, pela preocupação e dedicação que vocês sempre têm com todos os alunos do FIEI!

Ariâtã!

A juventude Xakriabá da terra ao texto, dos cânticos ao entoar, do urucum ao jenipapo, do saber tradicional ao som do maracá, do chão da aldeia para o chão do mundo com a borduna e o pensar, o poder da caneta sendo transformado, como ferramenta de luta para o povo Xakriabá (Antônio Santana da Mota, 2024).

RESUMO

Este percurso acadêmico trata dos movimentos da juventude indígena Xakriabá, dentro e fora do território. A resistência do povo Xakriabá se manifesta pela forma da organização coletiva por mutirões focados na demarcação das terras, na preservação da cultura, das línguas e tradições, desafiando a opressão de fazendeiros e as proibições culturais impostas. Juntos das lideranças ancestralizadas e presentes, o desempenho da juventude indígena tem papel fundamental na luta coletiva. Sendo assim, este trabalho acadêmico reflete sobre a juventude Xakriabá e destaca a importância da mobilização cultural e da liderança juvenil dentro das aldeias, atestando a conexão dos jovens com a ancestralidade e suas responsabilidades sociais. Além da descrição textual, apresenta-se um capítulo apoiado por imagens que expressam histórias e contribuições da juventude Xakriabá nos movimentos de luta dentro e fora do território, reforçando a importância da memória visual na luta indígena.

Palavras-chave: Juventude indígena; Xakriabá; Território; Acampamento Terra Livre; Imagens.

ABSTRACT

This academic journey seeks to present movements of the Xakriabá indigenous youth, both inside and outside the territory. The resilience of the Xakriabá people is manifested in the form of collective organization through joint efforts focused on land demarcation, the preservation of culture, languages and traditions, challenging the oppression of landowners and imposed cultural prohibitions. Together with ancestral and present leaders, the performance of indigenous youth plays a vital role in the collective struggle. Thus, this academic work reflects on the Xakriabá youth and highlights the importance of cultural mobilization and youth leadership within the villages, attesting to the young people's connection with their ancestry and their social responsibilities. In addition to the textual description, there is a chapter supported by images that express the stories and contributions of the Xakriabá youth in the struggle movements inside and outside the territory, reinforcing the importance of visual memory in the indigenous struggle.

Key words: Indigenous youth; Xakriabá; Territory; “Terra Livre” Camp; Images.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
Narrativas sobre o pesquisador	13
Narrativas sobre o povo Xakriabá	14
Caminhos trilhados para a realização deste percurso	20
CAPÍTULO 1 - DA TERRA AO TEXTO	22
1.1 A luta dos povos indígenas e a Constituição de 1988	22
1.2 O que é ser jovem para o povo Xakriabá	24
1.3 O movimento da juventude Xakriabá	27
1.3.1 Por onde caminha a juventude Xakriabá dentro território	27
1.3.2 Criação do movimento da juventude Xakriabá	29
1.3.3 Os primeiros articuladores	30
1.3.4 A organização no início	31
1.3.5 Mobilização da juventude na pandemia	32
1.3.6 Nossas formas de mobilização e organização	35
1.3.7 Rotinas de trabalho do movimento da juventude Xakriabá	38
1.3.8 Eventos anuais que a juventude Xakriabá participa	40
1.3.9 Estrutura organizacional e de comunicação entre o movimento de base da juventude Xakriabá e os movimentos nacionais.	41
1.4 Resistência ancestral: a luta contínua pela defesa dos nossos direitos e territórios	43
1.4.1 Os primeiros 5 anos da ATL	45
1.4.2 Do 6º ao 11º ano de ATL	47
1.4.3 Do 12º ao 16º ano de ATL	49
1.4.4 Do 18º ao 21º ano de ATL	51
CAPÍTULO 2 - DA TERRA ÀS IMAGENS	56
2.1 Prancha I: O nosso território	57
2.2 Prancha II: Nossas bases ancestrais e do presente	59
2.3 Prancha III: O movimento da juventude Xakriabá com o pé na aldeia	61
2.3.1 Prancha III-1: atividades culturais e mutirões	62
2.3.2 Prancha III-2: encontros da juventude	64
2.3.4 Prancha III-4: participação em atividades junto das lideranças	69
2.3.5 Prancha III-5: Monitoramento Comunitário Xakriabá contra a pandemia	72
2.3.6 Prancha III-6: Informativos para organização	75
2.4 Prancha IV: O movimento da juventude Xakriabá com o pé no mundo	77
2.4.1 Prancha IV-1: 2017	78
2.4.2 Prancha IV-2: 2019	79
2.4.3 Prancha IV-3: 2020	80
2.4.4 Prancha IV-4: 2021	81
2.4.5 Prancha IV-5: 2022	83
2.4.6. Pranchas IV-6: 2023	85
2.4.7 Pranchas IV-7: 2024	89

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 94
REFERENCIAL TEÓRICO 96

INTRODUÇÃO

Narrativas sobre o pesquisador

Eu sou Antônio Santana da Mota, sou membro do povo Xakriabá, moro na Dasakru Duikwa (aldeia Sapé) próximo à margem esquerda do Rio São Francisco, no município de São João das Missões - extremo Norte de Minas Gerais. O território foi demarcado em 1979 e homologado em 1987 com 53.213 mil hectares de terra, onde habitam 9.553 mil indígenas, divididos em 37 aldeias, lideradas por 4 caciques e em média 37 lideranças do nosso povo.

Sou estudante do FIEI (Formação Intercultural para Educadores Indígenas) na UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais). Tenho 36 Anos de idade, nasci no dia 25 de julho de 1988 na casa dos meus pais na Aldeia Prata às 11:00 horas da manhã. O trabalho de parto foi realizado por uma parteira do nosso povo, Emília de Souza Lima. Venho de uma família simples e humilde, sou filho de Antônio Felício da Mota e Aldina Lopes da Mota, tenho nove irmãos (sendo 4 homens e cinco mulheres) e 12 sobrinhos. Fui criado até os 23 anos de idade na aldeia Prata. Casei em 2011 e me mudei para a aldeia Sapé, onde reside a minha esposa, já se faz 13 anos e com ela tenho 2 filhos.

Como mencionei, nasci e me criei no território e sempre fui um jovem participativo nos movimentos dentro e fora do território Xakriabá. Procuro contribuir na luta pela garantia dos nossos direitos, ajudando na organização social do nosso povo, participando das reuniões da organização interna de caciques e lideranças, reuniões de associações, reuniões da educação, reuniões do conselho de saúde, festejos dentro da comunidade e movimentos culturais.

Por causa dessa participação nas atividades e na luta junto aos anciões, resolvi destacar em meu trabalho não somente a minha participação, mas também falar da luta dos demais jovens engajados nos enfrentamentos contra todos os retrocessos que o nosso povo vem sofrendo, com objetivo de fortalecer a nossa cultura e costumes.

A juventude Xakriabá tem feito um papel fundamental dentro e fora do território, com objetivo de resgatar e fortalecer a nossa cultura e tradição, sempre presentes nos processos de retomadas junto com os caciques e lideranças.

Narrativas sobre o povo Xakriabá

De acordo com o estudo de Célia Xakriabá, de 2018, os registros históricos apontam que em 1728 os Xakriabá receberam um documento que corresponde aos territórios doados. Essa doação foi legitimada em cartório em 1979 como aponta a autora:

Apesar disso, em 1979, a primeira demarcação reduziria nosso território em 70%, nos limitando a um pequeno pedaço de chão, em muito diferente dos 200 mil hectares que constavam no documento original. Somente em 1988 aconteceu a homologação, como etapa do processo de demarcação, depois de um triste episódio que seria formalmente reconhecido como o primeiro crime de genocídio indígena no Brasil. Esse episódio ocorreu em 1987 e ficou conhecido como “Chacina Xakriabá”. (Xakriabá, Célia, 2018, p. 26-27).

O território foi demarcado em 1979 e homologado em 1987 com “53.213 mil hectares de terra, onde habitam 9.553 mil indígenas presentes em aldeias, sendo que dados recentes¹ afirmam o número de 12.182 mil indígenas cadastrados no sistema de saúde, porém, 2.629 estão ausentes do território. Indígenas que se ausentaram do trabalho, estudando em faculdades, outros mudaram para as cidades vizinhas. Apenas constam no cadastro no sistema, mas são itinerantes.

De acordo com os dados da SIASI (vide nota 1), o território Xakriabá é dividido em 37 aldeias, lideradas por 4 caciques e em média 37 lideranças do nosso povo. A juventude Xakriabá herdou a luta e os costumes ancestrais, vem se destacando nos movimentos dentro e fora do território, sempre “com um pé na aldeia e um pé no mundo”, lutando lado a lado com os caciques e lideranças com ensinamentos que vêm sendo passados de geração para geração.

Os nossos pais, avós e anciãos junto com os caciques e lideranças, sempre nos incentivaram a dar continuidade nessa luta, trazendo vários relatos de como eles sofreram para defender o território, que na época foi totalmente invadido por fazendeiros. Muitos dos nossos parentes eram obrigados a sair de suas terras, deixando de praticar suas culturas e costumes, deixando de falar sua própria língua para não serem mortos.

¹ Dados informados pelo enfermeiro Maciel Xakriabá fonte SIASI (Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena).

Segundo relatos dos nossos mais velhos, os fazendeiros da época, entre eles o prefeito da cidade de Itacarambi, que também era fazendeiro, mandavam a própria polícia para proibir o nosso povo de falar a língua e praticar o toré, para não sermos reconhecidos como povos originários dali. Para os malfeitores, uma vez que a proibição das práticas culturais e a catequização dos indígenas eram implantadas pelas igrejas e os invasores, nós nos tornamos um povo civilizado não reconhecido como os primeiros habitantes das devidas terras originárias, enquanto povos indígenas. Até que chegou um certo momento que já não tinha mais para onde irmos.

O nosso povo, sempre unido, decidiu fazer mutirões e colocar várias braçadas de roças, ocupando os espaços que estavam sendo invadidos pelos fazendeiros, para mostrar que ali tinha um povo que precisava da terra para usufruto e necessitava trabalhar para sobreviver. Como não tínhamos outros meios de sobrevivência e o nosso povo precisava da terra para trabalhar e para continuar praticando a cultura, sem deixar os costumes ancestrais, o vice cacique Rosalino Gomes de Oliveira e o cacique Rodrigão reuniram o povo Xakriabá para o primeiro mutirão.

Esse mutirão aconteceu na aldeia Sapé, em 1986, com a participação de aproximadamente 600 homens de várias aldeias. Era uma forma estratégica de demarcar aqueles espaços e reunir uma grande parte dos indígenas em um só lugar, que era o principal foco dos invasores naquela região, um lugar que estava sendo cercado e destruído para criação de gado.

As mulheres também tinham um papel fundamental na luta. Enquanto os homens estavam na roça, elas cuidavam das crianças e preparavam os alimentos, que eram compartilhados no local do serviço, por ser um costume antigo dos mais velhos. Os mutirões eram feitos em quase todas as atividades, senão em todas, por exemplo: os roçados, plantações, colheitas, construção de casas de pau-a-pique com cobertura de capim sapé, casca de pau-d'arco, palha de coco, etc.

Quando os fazendeiros foram chegando e tomando de conta das terras, esses materiais foram ficando extintos, substituídos pelas grandes pastagens. O nosso povo começou a utilizar o barro para fazer adobe, construir os fornos, para queimar as telhas e cobrir as casas. Por falta de matérias-primas, mudaram-se também os jeitos de construir. Tudo isso era feito no coletivo. Quando

terminavam as atividades, de um passava para o outro e funcionava como um rodízio durante o ano.

Nessa época, o território tinha cerca de 3 mil indígenas. Os mais velhos da nossa aldeia contam que nesse tempo os jovens também tinham um papel fundamental na luta junto com os pais. Os menores eram protegidos pelas mães, porque era muito perigoso circular na aldeia sem a presença dos adultos. Quando os fazendeiros chegavam atirando para todos os lados, as mães corriam para as matas para protegê-los. Os jovens ficavam sempre atentos para observar quando os fazendeiros se aproximavam das aldeias, eles corriam para avisar os pais, mas às vezes eram pegos de surpresa não dava tempo de se esconder.

Dona Otília, uma das moradoras mais velha da Dasakru Duikwa (aldeia Sapé), relata que nessa época os invasores entraram no território causando muita desordem e sofrimento. Quando não encontravam os homens em casa, por conta de que os maridos saíam para trabalhar e sustentar a família, eram as mulheres que sofriam muitas agressões. Dona Otília relata também que muitos parentes saíram do território devido à pressão sofrida na época da invasão no ano de 1987, ou muito antes. Ela presenciou cenas fortes durante os ataques.

Os capangas dos fazendeiros, como citam os mais velhos, chegavam em bandos derrubando as casas e derramando os alimentos, para ver se os moradores desistiam de suas terras. Os moradores se escondiam com seus filhos e só retornavam para as moradias quando tinham certeza de que os agressores não estavam mais ali. Nesse tempo, estava muito forte a presença da ditadura militar e a mão de obra escrava nas grandes fazendas. O objetivo dos invasores era ocupar as terras do povo Xakriabá e torná-los todos escravos como viviam os nossos antepassados.

O Sr. Rosalvo Fiúza, liderança da aldeia Sapé, relata que o vice-cacique, Rosalino Gomes de Oliveira, reconhecido como cacique pelo histórico de lutas, recebeu várias ofertas em dinheiro para deixar a luta de seu povo. Quando os fazendeiros perceberam que o cacique estava organizando o mutirão na aldeia Sapé, reuniram todos os capangas e foram até lá. Quando viram aquele tanto de gente trabalhando, o fazendeiro chamou o cacique e perguntou quanto ele queria para deixar o serviço. Mandou Rosalino contar teco por teco do roçado que ele pagaria por eles. Rosalino simplesmente respondeu que não se vendia por

dinheiro nenhum, preferia ser adubo dessa terra, mas não deixava de lutar pelo seu povo.

O Cacique Domingos fala que foi naquele momento que o seu pai, Rosalino, assinou sua sentença de morte. Os fazendeiros retornaram e planejaram a emboscada. Dias depois, Rosalino foi morto pelos capangas. Após a chacina, a FUNAI, que até então falava que não tinha dinheiro, no dia seguinte já tomou providência, indenizando os fazendeiros e homologando parte do território que hoje já se vê apertado, porque as famílias foram aumentando. Além disso, nem mesmo a doação original da terra foi contemplada pela demarcação da FUNAI.

Mesmo diante de tantas perseguições e dificuldades, naquela época o cacique sempre reunia o povo para lutar em busca dos direitos e a demarcação do território. Às vezes, tinha que percorrer um percurso muito longo para não ser visto e morto pelos fazendeiros. Mesmo sem ter dinheiro para viajar, a comunidade se reunia e contribuía com alimentos como rapadura e farinha, outros davam o que tinham para ajudar nas viagens. As viagens duravam meses para retornar, porque tinham que sair a pé, passando por outros lugares onde ninguém os conheciam naquela região. Somente assim conseguiriam chegar ao seu destino, que na maioria das vezes era Brasília/DF, Governador Valadares e Belo Horizonte.

O cacique Domingos Gomes de Oliveira relata que acompanhou a luta desde criança, mesmo perdendo seu pai Rosalino Gomes de Oliveira muito cedo, em uma emboscada que ocorreu às 2 horas da madrugada no dia 12 de fevereiro de 1987, na aldeia Sapé, onde morava com sua família. Durante a emboscada, planejada pelos pistoleiros, dona Elisa, esposa de Rosalino, também foi atingida no braço, e nesse mesmo dia foi baleado também o Sr. Manelin, que ouviu o barulho dos tiros e correu para ver o que estava acontecendo.

Além dos fatos citados aqui, o livro “O Tempo Passa e a História Fica volume 2”, produzido pelos próprios professores pesquisadores Xakriabá (ver bibliografia), conta com mais detalhes praticamente todos os fatos ocorridos e sobre outras pessoas que também foram atingidas durante o massacre. O cacique Domingos relata que na época ele tinha 12 anos e que ele foi crescendo e ajudando o cacique Rodrigoão. Às vezes tinha viagens que o Sr. Rodrigoão não

podia participar, então colocava Domingos para ir aprendendo os caminhos. Ele foi passando da fase adolescente para adulto, até que no ano de 2003 o cacique Rodrigo veio a falecer. Somente no ano de 2004, o povo Xakriabá se reuniu e nomeou Domingos para assumir o cargo de cacique, por ser uma pessoa que estava na luta desde sua adolescência.

Domingos assumiu o cacicado, sempre buscando melhorias na educação, saúde, na defesa dos nossos direitos dentro e fora do território; buscando espaços nas faculdades, para que os nossos jovens pudessem estudar e contribuir com a luta e trazer melhorias para o território. O cacique Domingos sempre nos orienta pela luta árdua que os anciões enfrentaram para defender os nossos direitos, porque no passado os invasores entraram no território, expulsando os indígenas, assassinando as lideranças e tomando conta das terras.

Ainda hoje, os nossos direitos estão sendo arrancados pelos políticos no congresso nacional, sobretudo, pela bancada ruralista que não respeita os direitos dos povos originários, garantidos na Constituição Federal de 1988. Por isso, os nossos jovens vêm lutando com a borduna do pensamento e a borduna da caneta para não deixar a boiada passar, sempre participando dos enfrentamentos contra o marco temporal e o que mais vier, pois a cada ano os políticos reinventam novas leis que retiram os direitos dos povos indígenas.

O envolvimento da juventude na luta pelo território e a garantia dos direitos e costumes começam na base, que está sempre presente nas decisões junto com a organização interna, contribuindo no desenvolvimento social dentro da comunidade, participando das áreas de retomadas, reuniões da educação, reuniões dos conselhos de saúde, fazendo parte das associações, comissões etc.

Na nossa educação diferenciada já temos 90% dos professores do nosso povo, sendo a maioria jovens assumindo esses espaços. Na área da saúde, estamos avançando aos poucos, já temos vários jovens formados nas áreas de técnico de enfermagem, enfermeiros, bem como outros formados nas áreas de medicina, odontologia, psicologia, nutricionista. São conquistas muito importantes para o nosso território.

É uma luta muito grande dos nossos caciques e lideranças para que os jovens busquem essas formações e assumam esses espaços dentro das

aldeias, porque antes esses espaços eram ocupados por pessoas que não eram indígenas. Na maioria das vezes, elas só queriam ganhar o dinheiro e não exerciam a função da maneira correta, pois sabemos que nem todos os profissionais são preparados para lidar com as realidades dos povos indígenas. Precisamos avançar cada vez mais, porque temos uma demanda muito grande na área da saúde indígena dentro do território. Temos demandas específicas não só nessas áreas citadas, mas também em outras. Por isso, a nossa juventude tem se esforçado cada vez mais para ocupar esses espaços tão importantes, porque sabemos da realidade do nosso povo.

Podemos lutar e sermos protagonistas da nossa própria história, porque nunca se deve discutir direitos indígenas sem a presença dos indígenas. Assim, os nossos jovens começaram a se articular nas aldeias para discutir assuntos sobre o engajamento na luta. Criamos vários grupos culturais dentro do território, com objetivo de fortalecer a nossa cultura, trazendo as práticas dos nossos rituais para repassar para as crianças e também como preparação para os enfrentamentos na luta. Ao mesmo tempo foram surgindo as viagens para fora das aldeias.

Em 2014 tivemos pela primeira vez um número grande de jovens no Acampamento Terra Livre (ATL) em Brasília. A partir dessa data, essa participação só veio aumentando, pois sabemos que a luta é uma herança que passa de geração para geração, diante dos retrocessos que os povos originários vêm sofrendo com a retirada dos direitos garantidos na Constituição de 1988. Antes ainda, já haviam alguns jovens que viajavam para fora do território junto com os anciões, conhecendo outros povos de várias regiões nos intercâmbios e na luta por direitos, fortalecendo os troncos linguísticos ao qual pertencemos.

Dentro do território, a juventude tem se fortalecido com os encontros, os ensinamentos vindos da nossa educação diferenciada, fortalecida pelo notório saber, onde os primeiros professores juntos dos anciões, caciques e lideranças trouxeram a retomada da língua Akwê para ser trabalhada dentro das escolas, tanto na escrita quanto nas músicas, onde houve um interesse muito grande em resgatar e manter o nosso jeito antigo de fala e escrita dos nossos ancestrais.

A partir dessa atuação da juventude, houve a aproximação e os intercâmbios entre os parentes Xerente, Xavante, por sermos do mesmo tronco linguístico, ainda que o tempo fizesse com que houvesse uma separação, as

lutas do dia-a-dia fortalecem os laços entre povos parentes como citamos. Um dos princípios da juventude é sempre ter um número grande de jovens na luta por direitos. Além dos resgates históricos sobre o povo Xakriabá, vivenciar a luta nos faz crescer o entendimento sobre os direitos dos povos indígenas e a necessidade de continuar lutando por ele.

Começamos a construir diálogo com os jovens de todas as aldeias para ocupar os espaços de luta dentro e fora do território, porque somos o presente e lutamos para o futuro das próximas gerações que virão pela frente. Como diz Célia Xakriabá em suas falas, direito é aquilo que se arranca quando não se tem mais escolha. Vivemos há milhares de anos e não nascemos em 5 de outubro de 1988. Apagar a história dos povos originários é apagar também o que está acontecendo com o planeta e as questões climáticas. Quando entendemos que somos apenas 5% da população que luta incansavelmente em defesa da preservação do meio ambiente, protegendo 80% da biodiversidade mundial entre plantas, animais, rios, lagos e áreas marinhas, entendemos a grandiosidade da luta que enfrentamos.

Caminhos trilhados para a realização deste percurso

Este percurso acadêmico tem como objetivo principal, refletir sobre a questão da juventude e do que é ser jovem para nosso povo Xakriabá.

As informações foram levantadas por meio de leituras, entrevistas, e coleta de imagens. Para organização das informações, este trabalho de percurso acadêmico foi dividido em dois capítulos. No primeiro, as informações obtidas pelas leituras e entrevistas foram organizadas em forma de texto, dividido em algumas sessões. No segundo capítulo, a narrativa é contada por meio de fotos e outras imagens produzidas, em sua maioria, por e com jovens Xakriabá.

Com relação à metodologia das entrevistas, o processo de mobilização foi feito com os(as) jovens que atuam nos movimentos da juventude, desde o início da criação dos grupos. Jovens estes que se mobilizam diante das ações dentro e fora do território. Neste sentido, a deputada federal Célia Xakriabá reforça que lutamos para ter jovens nos cargos que representam os povos indígenas e as comunidades tradicionais nos mais diferentes setores de tomada de decisão pública. Célia alerta a juventude para que nunca mais haja um Brasil sem nós e que se é para falar dos povos indígenas, que seja dito por vozes

indígenas. As entrevistas foram feitas presencialmente, durante os encontros da juventude dentro do território, o Acampamento Terra Livre (ATL), e também via WhatsApp.

CAPÍTULO 1 - DA TERRA AO TEXTO

1.1 A luta dos povos indígenas e a Constituição de 1988

Para escrever esse tópico eu utilizei como fonte algumas páginas rasgadas de um livro de história que tinha na escola. Infelizmente essas páginas estavam separadas do livro, por isso não posso colocar a referência exata. Mesmo assim, achei interessante trazer essas informações no meu trabalho. Também utilizei o livro de Daniel Munduruku, intitulado *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970 - 1990)* (Munduruku, 2012)..

A luta histórica dos povos indígenas no Brasil vem desde o início da colonização portuguesa. A luta foca no impacto da colonização e nos desafios enfrentados, como a perda de terras e conflitos culturais. Há uma diversidade de povos indígenas no Brasil, com diferentes culturas, mas todos estamos vivendo igualmente as violências e os desafios colocados pela colonização. Nessa longa história a Constituição de 1988, que assegura a demarcação e proteção de terras indígenas, foi muito importante.

A luta dos povos indígenas no Brasil é uma questão que tem uma história tão antiga quanto o próprio Brasil. Os povos indígenas, desde a chegada dos colonizadores, sofreram impactos muito grandes em suas terras, modos de vida e culturas. Durante o período colonial, muitos foram expulsos de suas terras e perderam seus modos tradicionais de vida, foram forçados a trabalhar em condições que desrespeitavam suas culturas e direitos humanos e originários.

Historicamente, a relação entre os indígenas e o Estado brasileiro passou por diversas fases (Império, SPI, Funai), mas em todas elas os esforços do Estado foram voltados para a integração forçada, resultando na invasão e ocupação de terras indígenas, sem consideração pelas comunidades locais.

Durante a ditadura militar, iniciativas como o Plano de Integração Nacional (1970) tiveram impactos diretos sobre os territórios indígenas, com a construção de rodovias e hidrelétricas que invadiram essas áreas, resultando em violências, perseguições e mortes de líderes indígenas.

Ao longo da década de 1970 e 1980, os indígenas começaram a se organizar politicamente, criando associações para promover a autonomia e os direitos dos povos indígenas. Em 1980, a União das Nações Indígenas (UNI) foi criada, e depois a Federação Indígena Brasileira (FIB), que tiveram papel

fundamental na luta por direitos e na participação da elaboração da Constituição de 1988. Essa Constituição reconheceu os direitos territoriais, sociais e culturais dos povos indígenas, bem como a responsabilidade do Estado em protegê-los.

Em 1988, quando aconteceu a assembleia constituinte para a criação da nova constituição, o Brasil estava saindo de uma ditadura militar que durou mais de 20 anos, e que foi marcada pela repressão e falta de direitos para a população em geral e mais ainda para nós povos indígenas. O processo de elaboração da nova Constituição teve participação importante do movimento indígena nacional, que se fortaleceu neste período com a ação de jovens indígenas como Marçal de Souza, Ailton Krenak, Mário Juruna, Eliane Potiguar, dentre outros. Durante todo o período que durou a constituinte, os povos indígenas estavam acampados em Brasília e participando das comissões, especialmente da que ficou responsável pela elaboração dos artigos 231 e 232, que tratam especificamente dos direitos indígenas.

A resistência e os esforços contínuos dos povos indígenas são essenciais para preservar suas culturas, terras e modos de vida. Os artigos 231 e 232 da Constituição Federal de 1988 do Brasil tratam dos direitos dos povos indígenas, assegurando a proteção e a manutenção de suas terras, culturas e modos de vida. O Artigo 231 “reconhece os direitos dos povos indígenas às terras que tradicionalmente ocupam, instituindo que essas terras são patrimônio da União e devem ser demarcadas e protegidas. Garante aos indígenas o direito à sua organização social, às suas línguas, culturas e tradições, afirmando que esses aspectos devem ser respeitados e preservados” (Boson, 2020, p. 8). Já o artigo 232 complementa o artigo 231, ao “garantir que os indígenas têm o direito de serem representados judicial e extrajudicialmente, para a proteção de seus direitos. Permite que as comunidades indígenas reivindiquem, em nome próprio, judicialmente, os direitos que lhes são garantidos pela Constituição” (Carneiro da Cunha, 2019, p. 28).

Esses artigos são fundamentais para a proteção dos direitos territoriais e culturais dos povos indígenas no Brasil, reconhecendo sua importância e promovendo sua autonomia em várias esferas conforme estabelece a Constituição de 1988. Além deles, podemos citar também a Convenção 169 da Organização Mundial do Trabalho (OIT), que determina que o Estado deve

assegurar a participação dos povos indígenas na elaboração de políticas que os afetem, promovendo o respeito à sua diversidade cultural.

Com relação à população indígena, o censo demográfico de 2010 realizado pelo IBGE mostrou que havia 812.963 pessoas que se identificavam como indígenas no Brasil, habitação em diversas etnias e regiões, muitas das quais ainda enfrentam grandes desafios e lutas pela demarcação de suas terras e pelo reconhecimento de seus direitos. Atualmente, o Censo de 2022 demonstrou que pela primeira vez, desde o genocídio causado nos primeiros séculos da colonização, a população indígena voltou a superar os 1 milhão pessoas no país, contabilizando 1.693.535 indígenas, o que corresponde a 0,83% da população brasileira (IBGE, 2024).

1.2 O que é ser jovem para o povo Xakriabá

O termo juventude atravessa as lentes do olhar quando direcionamos a pergunta sobre o que é ser jovem a um jovem ou ancião dentro do território Xakriabá. Falamos juventude Xakriabá, mas na linguagem dos nossos anciãos eles sempre nos referem como jovens, os mais novos, até mesmo porque diante do imenso conhecimento ancestral e sabedoria que eles carregam em si, pelos caminhos trilhados e vivência durante a luta, para cada um deles sempre vamos ser crianças, jovens, adolescentes. A fase de adulto na qual todos caminham lentamente e aos poucos é parte de sermos sempre filhos, netos, e alunos que aprendem dia após dia com nossas bibliotecas vivas.

Para Déda Sirê, nosso pajé jovem-ancião, ser jovem é também ter a responsabilidade de um adulto. Começar a buscar ter a responsabilidade de liderar também um grupo. Se quiser construir família e trabalhar para o próprio sustento, ele já pode ter esse pensamento de contribuir com a luta do seu povo. O jovem, por mais novo que ele seja, está sempre disposto a contribuir com a luta. Se o cacique determinar qualquer responsabilidade a ele, ele pode assumir porque o povo já tem esse olhar devido à caminhada na luta e sua responsabilidade. Pelos caminhos que vai trilhando, com os outros jovens que o acompanham, com respeito pelo seu determinado cargo, assim como outros anciões, vai se formando o jovem Xakriabá. Para os povos indígenas, a mente dos jovens amadurece mais cedo. Sempre pensamos em construir e multiplicar os conhecimentos e as decisões sempre acontecem no coletivo.

Os conhecimentos adquiridos são compartilhados. O jovem não perde em aprender as coisas mais cedo. O jovem indígena tem uma bagagem de conhecimento que se divide com a nação, com seu povo, ajudando os caciques e lideranças a não ficar com bagagens muito pesadas. Por exemplo, os rituais das Promessas de Reis são lideradas por um grupo de jovens e essa tarefa vai sendo passada de geração para geração. As lutas, por exemplo, vão sendo passadas na fase de jovem e sempre começam cedo. Assim, em quaisquer outras tradições do povo, os jovens estão sempre assumindo as responsabilidades. As noites de Santa Cruz são outro exemplo de participação dos jovens.

Na maior parte dos eventos, quem está à frente são os jovens. Os adultos sempre acompanham os festejos, os casamentos, mas os padrinhos e as madrinhas, a maior parte são os jovens. Nas noites culturais, a maior parte da linha de frente são os jovens. Em busca dos direitos, a maior parte hoje que está indo é jovem. Os líderes vão acompanhando, mas a linha de frente são os jovens.

O jovem que já vem com decisões para ajudar, não por pressão, mas por escolha ou necessidade, porque mais cedo ou mais tarde vão ter que assumir. Os mais velhos estão partindo e os novos têm que assumir. Os mais velhos conhecem só de olhar. Cria um amor, um carinho pelo seu povo, no trabalho e em tudo aquilo que faz. Tudo passa por uma orientação para dar o próximo passo. Respeitar e ser respeitado, ter pensamento de um futuro melhor sempre buscando com os livros vivos. Os jovens são esses guerreiros dispostos a aprender e fazer parte da luta do seu povo.

Muitas pessoas têm nos perguntado até quando seremos jovens, ou deixamos de ser jovens. Para nós povos indígenas não definimos o termo juventude por uma determinada idade para ser ou deixar de ser jovem, porque dentro do território temos anciões que mesmo não sendo adolescente, luta com o espírito de jovem, o envolvimento com as crianças em diferentes idades, os ensinamentos e suas formas de interagir e resistência na luta.

Para Edvan Srêwakmôwê, por exemplo, se uma pessoa for conversar com outra na sua faixa etária, ela não deixa de se considerar juventude. Uma pessoa na faixa etária de 40 a 50 anos, por exemplo, se estiver conversando com uma pessoa mais velha que ele(a) é considerada juventude dependendo da

sua linha de atuação. Entre a juventude há aquelas pessoas que estão mais engajadas, mas o conceito não muda. Só muda de acordo com sua atuação. Para Edvan há jovens que não caminham, não trilham um caminho para ser um ancião. Um ancião como um sábio da comunidade que tem vários conhecimentos a serem passados. De acordo com ele:

Tem jovem que não trilha para esse caminho. Ele fica velho mas não se torna um ancião. Ancião digamos assim um guardião da sabedoria ancestral, das histórias, das lutas, tanto dentro quanto fora do território. Saber contar com coerência essas histórias essas questões, faz parte de ser ancião. Quando alguém fica velho mas ele tem uma importância, não é tão procurado por essa questão de não trilhar um caminho que chegue naquela condição de se tornar um ancião. E hoje vamos supor, por mais que eu tenha 40 a 50 anos, e eu não me autodeclarar um jovem dentro da minha comunidade, para os mais velhos vou ser sempre um jovem. E já para aquelas criancinhas, os pré-adolescentes e tal, para eles já vou ser um ancião, dependendo do caminho que vou trilhar. Então fui muito por essa questão. Mas para outras pessoas mais velhas igual papai, tia Rosalva, eu continuo sendo uma pessoa jovem. Então é uma coisa que não dá para especificar, depende da visão de quem está olhando para você. As outras pessoas da sociedade não indígena, eles determinam o ser jovem de acordo a faixa etária de idade. Independentemente de com quem eles estejam conversando, vai ser enquadrado como jovem ou não, dependendo da sua faixa etária de idade. Já aqui para nós, não. O ser jovem depende muito de quem está olhando para você e de quem está conversando com você. Eu tenho 26 anos, se eu estiver conversando com uma pessoa na faixa de uns 14 anos, dependendo das coisas que ela quer saber, para ela eu já vou estar trilhando um caminho de ser um guardião da sabedoria. Nessa visão, eu já vou estar deixando de ser um jovem. E essa sabedoria vem de acordo com sua atuação dentro da comunidade e a relação que você tem com os verdadeiros guardiões da sabedoria ancestral, depende muito dessa relação com os mais velhos (entrevista com Edvan Srêwakmôwê, realizada em 20/06/2023).

Deste modo, podemos perceber que os conceitos de jovem e de ancião dependem mais do envolvimento, atuação e reconhecimento comunitário da pessoa do que de uma definição padronizada de idade como número ou como palavra descrita em um dicionário da língua portuguesa.

1.3 O movimento da juventude Xakriabá

O movimento da juventude Xakriabá tem se organizado e para isso chegou a criar um grupo de jovens que recebeu o nome de **Articulação da**

Juventude Xakriabá (AJUX). Temos hoje, entre as 37 aldeias, vários jovens antenados, de frente à luta, fazendo o chamado para os jovens se engajarem no movimento indígena, com o objetivo de dar visibilidade à luta do povo Xakriabá. Há jovens ligados à AJUX ocupando espaços nas faculdades, na política por direito e, principalmente, nos processos de retomada nas áreas que ainda não foram demarcadas.

Temos documentos que comprovam as limitações do nosso território, onde a maior parte ainda se encontra nas mãos de fazendeiros. O objetivo da Articulação da Juventude é seguir essa luta que vem sendo passada de geração para geração e continuar lutando até chegar às margens do Rio São Francisco. Para isso, a nossa juventude criou a articulação AJUX, incentivando os jovens a lutarem pela preservação e ampliação do território e a garantia dos nossos direitos.

1.3.1 Por onde caminha a juventude Xakriabá dentro território

A juventude que atua na luta vem de uma formação de base. Podemos destacar o quanto a educação diferenciada potencializa as lutas de um povo dentro dos territórios, as lutas do dia-a-dia, por si só, já são uma formação enquanto escola e a resistência na luta por direitos é educativa.

Dentro das quatro paredes, o poder da escrita apenas registra os aprendizados adquiridos com os mais velhos dentro do território. A juventude tem dado continuidade na luta junto com os caciques e lideranças, anciões. A partir desses envolvimento, juntos com os sábios que carregam em si a sabedoria ancestral e a resistência na luta pela vida e sobrevivência, os jovens vão se formando e se fortalecendo. O saber fazer luta, sem perder a essência do lugar de onde viemos, é o caminho que nos direciona para onde devemos trilhar.

A cada demarcação e ampliação dos territórios a juventude amplia os conhecimentos e a resistência na luta por direitos. Essa educação fora das quatro paredes nos faz vivenciar outros aprendizados. Além disso, os ensinamentos dos professores de cultura e pajés têm nos fortalecido. Por carregarem o saber tradicional junto aos anciões, eles têm despertado em nossa juventude a organização dos grupos culturais dentro das aldeias com objetivo de fortalecer as práticas culturais dentro e fora das nossas bases. É nas bases que

a juventude tem se engajado na luta junto aos anciões, professores de culturas, pajés, dentro e fora do território.

A partir das iniciativas dos pilares que sustentam a cultura, começaram a surgir vários grupos culturais, sendo que o primeiro foi na aldeia Imbaúba, em 2013. Na sequência, surgiram grupos culturais em outras aldeias como Caatinginha, Prata, Santa Cruz, Brejo, Sapé e Itapicuru. Neste processo, uma organização tem fortalecido a outra na luta junto dos caciques e lideranças, desde as primeiras retomadas para ampliação do território.

O pajé Vicente (em memória) foi um dos professores de cultura que fortaleceu a juventude na luta desde o início, tanto no território quanto fora dele. A juventude Xakriabá, além de ter os professores de cultura, tem os pajés Vicente e Deda Sirê, fazendo parte da articulação desde o início. Temos também o Sr. Valdemar que sempre nos guiou por esse trilhar nos caminhos da luta “com um pé na aldeia e outro mundo”.

A juventude, além de ter a companhia dos professores de cultura, pajés e lideranças, mantemos o hábito de fazer consultas prévias com os caciques antes dos planejamentos para as viagens fora do território. O cacique geral, Domingos Nunes de Oliveira, sempre nos deu a autonomia de ocupar esses espaços em busca dos diretos fora do território.

Ainda que essa luta não tenha sido iniciada por essa geração de hoje, os ensinamentos nos deram condições para trilhar por esse caminho. Como exemplo podemos citar a atuação da juventude nas retomadas na aldeia Morro Vermelho, na data de 01 de julho de 2006. Este foi um dos enfrentamentos em que a maior parte dos jovens se fez presente. Com o passar dos anos e o aumento do povo Xakriabá, demos início a área de retomada de Caraíba Várzea Grande em 2013. Nesta tivemos também a participação de todas as comunidades e da juventude em si.

Após eu ter participado desses processos de retomadas dentro do território, comecei a perceber o quanto é importante vivenciar a prática das lutas dos nossos antepassados. Os incentivos e a formação de base me fez estar presente nos ATLs (Acampamentos Terra Livre) em Brasília desde o ano de 2015, sendo um dos primeiros movimentos com a participação da juventude em maior quantidade, organizados pelos(as) jovens Xakriabá. O ATL, como cita Célia Xakriabá,

é hoje a maior mobilização do movimento indígena do Brasil, reúne indígenas de muitos estados com representação de diversos povos, que se organizam anualmente para estar no ATL, por meio das suas articulações e organizações de base, do movimento indígenas local e regional. É essa articulação do povo de cada estado que tem sustentado a força desse movimento como espaço de demarcação política, com a maior representatividade indígena na contemporaneidade (Xakriabá, Célia, 2018, p. 88).

A ação da juventude em movimentos como o ATL tem surtido efeito positivo. Os anciãos nos ensinam que, apesar do preconceito contra o nosso povo ecoar, as nossas vozes têm sanado a falta de conhecimento sobre a existência do povo Xakriabá. Entendemos, assim, que a luta não foi iniciada por nós e com certeza não terminará por aqui. Apagar a nossa história é apagar também a memória dos nossos antepassados.

1.3.2 Criação do movimento da juventude Xakriabá

Os movimentos da juventude Xakriabá foram criados a partir das dificuldades que os povos indígenas vêm enfrentando ao longo dos tempos, diante a negação dos direitos e o não reconhecimento das identidades que lutam por existir dentro dos territórios. Flavia Xakriabá, uma das primeiras articuladoras da juventude, e a primeira jornalista formada dentro do território, relata que a Articulação da Juventude, como qualquer outro movimento indígena, como os movimentos das mulheres indígenas ou o próprio movimento indígena, é um movimento ancestral, independentemente da data em que foi formalizado ou designado com esse nome.

A “juventude Xakriabá”, especificamente, começou a se mobilizar a partir de 2014, quando pela primeira vez participou efetivamente do Acampamento Terra Livre (ATL), a maior mobilização dos povos indígenas do Brasil e da América Latina. Foi quando vimos a importância dos jovens terem um comprometimento maior com o povo e com o território, assim contribuindo com a organização interna de caciques e lideranças para com a gestão do território.

Então, foi mais ou menos pelo ano de 2014 que a juventude Xakriabá começou a se articular mais fortemente. Depois, em 2017, fizemos uma grande mobilização de base que resultou na realização do Primeiro Encontro da Juventude Xakriabá. A partir daí, as mobilizações de base e as articulações de

base têm se fortalecido, e foi a partir daí que a Articulação da Juventude Xakriabá (AJUX) surgiu para contribuir na gestão do território.

Ressalto também que a violência e o preconceito contra os povos indígenas fora do território foram fatores que motivaram as articulações intensificadas da juventude Xakriabá. Ato que ocorriam com frequência com os nossos antepassados por causa da luta por direito e do nosso jeito ser, ainda persistem nos dias atuais, principalmente, com os jovens que estão nas faculdades, ocupando outros espaços, compartilhando e adquirindo conhecimentos, buscando formação acadêmica em diferentes cursos em prol de melhorias e o desenvolvimento social dentro das aldeias.

Juvana Sawidi Xakriabá, que também é uma das primeiras articuladoras da juventude, hoje formada em Direito, traz um panorama dos seguintes fatos ocorridos, onde a juventude Xakriabá se posicionou em quantidade maior após ela ter sofrido violência em Montes Claros, em 2015. Por ser jovem e ter sofrido racismo, mediante a repercussão gigantesca do caso em questão, o CIMI (Conselho Indigenista Missionário) começou a estimular a articulação da juventude Xakriabá e foi aí que chegamos juntos e nos aproximamos. Passamos a ter conhecimento da nossa potência enquanto jovens.

No mesmo ano, em 2015, fomos para o segundo movimento enquanto juventude Xakriabá em Brasília, junto com lideranças, pajés, povos e comunidades tradicionais. Com essa ida, ocupamos a câmara dos deputados. Daí por diante, nos fizemos presentes em todos os movimentos nacionais, inclusive na intensa movimentação política contra o golpe em 2016.

1.3.3 Os primeiros articuladores

A juventude deu os primeiros passos a partir da luta e dos ensinamentos ao caminhar junto com a Organização Interna de Caciques e Lideranças. Estes foram e são os nossos professores, formados pelo chão da aldeia, com a imensa capacidade de ensinar e articular para a luta dentro e fora do território.

No início havia vários articuladores da juventude. Podemos citar Neguim, Deda, Romildo, Nemim, Juvana, Drika, Jhu, Flávia, Edgar, Pio, Tina, Lula, Netinha, Célia, Arturzinho, Manoel Antonio, Karine, Vagney, Dazin, Osmar, Dequinha, Edvan, Vaney, Dilsim, entre outros. Após esse início, os demais jovens vieram se engajando aos poucos. Sr. Valdemar, uma das mais velhas

lideranças que acompanhou o início da luta da juventude, ajudou muito na orientação, além dos pajés Vicente e Sirê (Deda). Outras lideranças e anciãos que também se fizeram presente no acompanhamento foram, entre outros, Zé de Benvindo, Bidá, Sr. Hilario, Manoel, Juvenal, Dona Santa e Dona preta. A presença desses mais velhos e sábios foi essencial para o fortalecimento das lutas e do povo, de modo geral.

Podemos destacar também a trajetória da jovem Célia Xakriabá, que desde os 13 anos de idade vinha participando do movimento regional e nacional, junto com o cacique Domingos. Por exemplo, ela fez parte da MOPIC (Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado), a qual foi se somando à Mobilização Nacional Indígena que conhecemos hoje como ATL (Acampamento Terra Livre). Célia Xakriabá reforça em suas falas que “o movimento Indígena e a luta foi a minha primeira universidade, não há escola melhor para formar líderes do que a própria luta”. Tempos depois, Célia Xakriabá se tornou a primeira indígena eleita Deputada Federal pelo Estado de Minas Gerais, fruto também da luta dos antepassados, mais velhos e da Juventude Xakriabá.

1.3.4 A organização no início

A organização da juventude no início partiu das iniciativa dos primeiros jovens que saíram do território para os movimentos em Brasília/DF. Percebeu-se a grande importância e a necessidade de haver um número maior de jovens do povo Xakriabá nesses espaços da luta por direito. Assim, começamos o diálogo entre a Organização Interna de Caciques e Lideranças e a comunidade escolar, contribuindo com o custeio das viagens, contando também com as instituições que são parceiras, solidárias à causa indígena. A partir dessa busca, a juventude repassava os valores arrecadados para os demais “jovens antenas”, havendo um planejamento tanto no transporte, quanto na alimentação. Só assim iniciavam-se as ações, distribuindo a quantidade de vagas por aldeia.

Juvana Sawidi Xakriabá relata que o CIMI foi grande parceiro de início para a organização da Articulação da Juventude, junto com a liderança Sr. Valdemar Ferreira dos Santos, morador da Aldeia Prata. Sr. Valdemar é Doutor de Notório Saber, após ser reconhecido não só pelo nosso povo Xakriabá, mas também pela Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais UFMG, em Belo Horizonte. A Universidade concedeu, por merecimento,

o título de notório saber, nos dando a honra de sermos pertencentes ao mesmo povo e termos as nossas bibliotecas vivas sendo reconhecidas pelos seus conhecimentos e ciências ancestrais. A partir disso, a articulação seguiu entre nós, “jovens antenas”. “Antenas” é como chamamos os jovens de referência em cada aldeia para a realização deste trabalho, que aconteceu com sucesso.

1.3.5 Mobilização da juventude na pandemia

A juventude Xakriabá também desenvolveu ações importantes durante a pandemia de Covid-19. Vivenciamos momentos em que as nossas comunidades estavam totalmente descobertas quando deparamos com a terrível doença, que se alastrou rapidamente no ano de 2020. Isso nos fez redobrar o compromisso de lutar junto com os nossos caciques e lideranças para proteger todo o povo Xakriabá, evitando os acessos em lugares onde a Covid-19 estava sendo detectada nas proximidades. A juventude não só colocou o corpo à frente das mobilizações, mas também atuou de forma diferente das outras vezes.

Dessa vez, a atenção redobrou para com a saúde dos anciãos, caciques, lideranças e as crianças que naquele momento estavam totalmente vulneráveis dentro do território. Assim, a nossa juventude atuou de forma ativa nas barreiras sanitárias, seguindo as orientações dos nossos líderes e dos profissionais da saúde indígena, para controlar não somente a saída do povo Xakriabá para fora do território, mas também a entrada dos visitantes não indígenas que transitavam dentro das aldeias. Naquele momento, a juventude se comprometeu em resguardar os nossos livros vivos, que são os nossos anciãos/ãs e as crianças que são os/as futuros/as herdeiros/as dessa luta, guardiões/ãs dos saberes que vêm sendo transmitidos de geração para geração.

Como se não bastasse a luta necessária contra a pandemia, do outro lado tínhamos o Governo Bolsonaro, eleito à presidência no ano de 2018. O mesmo, além de ter incendiado o ódio contra os povos indígenas e comunidades tradicionais, foi também o maior responsável pela morte de muitos indígenas dentro dos territórios. Além de negar os nossos direitos, não providenciou de imediato a vacina para diminuir os números de casos que avançavam constantemente no pico da pandemia. Este governo aproveitou-se da situação para continuar aprovando projetos de lei contra os povos originários,

aumentando os números de chacinas decorrentes dos ataques dos fazendeiros aos nossos territórios.

Neste momento, não tivemos escolha, porque muito pior do que a pandemia é sobreviver sem os nossos territórios. Enquanto a pandemia continuava fazendo vítimas, o governo aprovava projetos de lei, levando à extinção dos territórios e todo povo que nele convive. Diante desses ataques, a nossa juventude se fez presente com mais frequência no Acampamento Terra Livre no ano de 2021. Em meio a este contexto, estava em pauta a tese do Marco temporal, que estava tramitando desde 2009 e com risco de ser aprovada.

No final de 2021, começou a luta pela vida, onde estivemos presentes por quatro vezes nesse mesmo ano. Mesmo vivenciando esse momento difícil na pandemia, os mais velhos sempre falam: “na luta temos que resistir para existir”. A importância de fazermos parte dessa luta dentro e fora do território tem feito com que a juventude ocupe espaços diversos, tanto nas mobilizações de base, quanto fora do território, como nos ATLS.

Não necessariamente todos os jovens, ou até mesmo anciãos, precisam ocupar lugares de falas no Acampamento Terra Livre. Assim, escolhemos apenas alguns jovens ou lideranças por pautas para apresentar as demandas. Os demais jovens, além de estar presente fisicamente, buscam fortalecer com os nossos cânticos, trazendo a força da espiritualidade através dos rituais, para nos dar força na luta e apresentar as demandas do nosso povo, seja na Câmara dos Deputados, no Senado ou em qualquer outras instâncias. Estar presente nesses espaços de luta é aprender observando, como forma de preparação, para falar com propriedade aquilo que aprendemos durante as observações.

Durante a pandemia, estivemos presentes no Acampamento Terra Livre na data de 26 de junho de 2021, com o tema Levante pela Terra. A delegação Xakriabá se fez presente com várias lideranças jovens da juventude e a liderança Dão de Merindo da Dazakru Wrã Wdê (aldeia Imbaúba). Neste período, realizei duas entrevistas sobre o papel da juventude na luta por direito no Acampamento Terra Livre em Brasília. As entrevistas foram realizadas com o jovem Vaykô Tô Akwê Xakriabá (Vagney Xakriabá) e a jovem Netinha Xakriabá. A seguir, são apresentados trechos destas entrevistas:

1.3.5.1 Entrevista com Vaykô tô Akwê Xakriabá (Vagney Xakriabá) no Acampamento Terra Livre, Levante pela Terra, Brasília/DF, 2021.

A partir da boa atuação e organização, a juventude tem ganhado confiança dos caciques e lideranças dentro do território em continuar fazendo luta. Vagney Xakriabá hoje desenvolve um papel importante dentro do território Xakriabá ao assumir o cargo de chefe de posto da FUNAI. É uma grande alegria para o povo cada conquista adquirida ao existir e resistir nesses espaços. Segue um trecho da fala de Vagney:

VAYKÔ TÔ AKWÊ XAKRIABÁ: Eu sou Vagney Xakriabá. A importância desse movimento é muito grande, porque estamos em frente ao Congresso Nacional, reivindicando os nossos direitos. A gente sabe que tem essa PL 490, é um projeto de lei que vem para acabar, destruir os territórios. Então, a gente está aqui somando junto com todos os guerreiros nessa luta, como a gente fala. O nosso povo não para de lutar, até quando tiver o último guerreiro em cima dessa terra, a gente vai ter que lutar. A gente sabe que estamos passando por um momento triste, que é a pandemia, mas maior que a pandemia é a retirada dos nossos direitos. A retirada dos nossos territórios, não podemos aceitar isso. Fora Bolsonaro! (Entrevista com Vagney, da aldeia Brejo, no Acampamento Terra Livre, 2021).

1.3.5.2 Entrevista com Netinha Xakriabá no Acampamento Terra Livre, Levante pela Terra, Brasília/DF, 2021.

A jovem Netinha Xakriabá, estudante dos direitos, representa não somente a juventude em si, mas também a força das mulheres indígenas nesses espaços de luta fora do território. Sabemos que dentro do território as mulheres são guerreiras da ancestralidade, pois além de terem enfrentado também a luta árdua no ano de 1987, têm um papel fundamental em construir uma juventude que vem dando continuidade na luta dos nossos antepassados.

Meu nome é Francinete conhecida como Nete Xakriabá, sou de Minas Gerais e sou do povo Xakriabá. Pra mim hoje ser jovem enfrentadora da luta é muito importante, a juventude estar presente nesses movimentos também. Não só no movimento fora da aldeia mas também dentro da aldeia. A gente sabe que hoje temos que lutar, porque são os mais velhos que estão lutando, né? E amanhã vai ser nós, como o tio Valdemar diz, a luta é nossa herança. Hoje são eles, amanhã seremos nós. Já que nós estamos, vamos começando a nos preparar é importante sim, saber lutar, porque somos indígena sabemos a importância da luta. E pra mim hoje, ser mulher, ser estudante, é muito importante buscar os nossos direitos. A gente sabe que

temos direito então é importante lutar para garantir, é essencial fazer parte da luta enquanto juventude e ser lutadora é muito mais importante ainda (Entrevista com Francinete da aldeia Imbaúba no Acampamento Terra Livre, 2021).

1.3.6 Nossas formas de mobilização e organização

A vivência dentro dos espaços da aldeia nos ensina não somente como fazer luta, mas também é a aprendizagem que vem da primeira faculdade, que é dentro do território. Os ensinamentos de saber cuidar da terra, os valores culturais e ancestrais que os mais velhos têm a nos ensinar vêm do território. A cada momento de aprendizagem com nossos livros vivos, aprendemos a nos organizar para a luta dentro e fora do território.

Wasady Xakriabá conta que ainda não temos uma associação, porque não oficializamos a Articulação da Juventude, mas estamos nos trâmites finais para que isso possa ser possível.

Já trabalhamos em parceria com outras associações, uma delas é a Associação da Dazakru Apkrêwakdû (Aldeia Barreiro Preto) que foi uma grande parceira no Encontro da Juventude no ano de 2022, na Aldeia Prata. Nessa ocasião, como não tínhamos CNPJ e precisávamos receber o recurso, justamente para serem implementados no encontro da juventude, usamos essa parceria nossa com a Associação do Barreiro para que conseguíssemos realizar o segundo encontro.

Alugar som, tenda, cadeiras, alimentação. Para conseguirmos realizar estas ações, a Associação da Aldeia Barreiro Preto foi muito importante. Com esse apoio, os processos foram bem mais acessíveis porque tivemos maior facilidade de conversar com outras pessoas e elas tiveram muito respeito com a nossa articulação. Tivemos uma grande facilidade em conversar com o presidente da associação do Barreiro e muita sorte que ele se disponibilizou para receber e nos repassar o recurso.

Então, os processos funcionam dessa forma, pelo diálogo com os diferentes segmentos que temos dentro do território. Em 2022, tivemos essa ponte com a Associação do Barreiro e conseguimos realizar o Encontro da Aldeia Prata. Em 2024, a Articulação da Juventude Xakriabá Wanõrin tô Wapté se reuniu com articuladores na aldeia Boqueirão, no dia 20 de outubro de 2023, para falar sobre uma conversa que tivemos anteriormente com o cacique

Domingos, em que foi discutido sobre a organização da juventude, explicando como a juventude está se organizando para oficializar a Articulação da Juventude Xakriabá.

Nesse encontro, o cacique Domingos deu total apoio diante das ações que a juventude tem conseguido desenvolver em favor da luta dentro e fora do território. Segundo o cacique, a juventude Xakriabá hoje está no caminho certo, tirou um pouco do peso das costas deles, como lideranças, porque as demandas colocadas dentro do movimento da articulação da juventude são as mesmas da organização interna de caciques e lideranças.

Ainda nesse momento, uma das jovens articuladoras da Articulação da Juventude, Flávia Xakriabá, trouxe um informe importante a pedido da ANMIGA. (Articulação Nacional das Mulheres Indígenas Guerreiras da Ancestralidade) sobre um trabalho que vem sendo desenvolvido em parceria com a ONG Sachamama, que vem trabalhando sobre o tema das mudanças climáticas.

Nesse trabalho, eles podem reconhecer algumas pessoas como mais influentes na discussão sobre as mudanças climáticas. Então como Artemisa Xakriabá já vem trabalhando sobre esse tema, sobre as mudanças climáticas, desde as primeiras viagens em 2019, agora essa ONG Sachamama pode reconhecer as pessoas que vêm trabalhando sobre esses assuntos, como informou Flávia.

Apesar de não ser um evento para fazer com que as pessoas sejam reconhecidas, é um evento que reconhece através das ações, dos trabalhos que sempre vêm sendo desenvolvidos nas participações em entrevistas, em eventos, na visibilidades dos povos indígenas. Esta ONG reconhece os trabalhos da juventude e já entram em destaque juntos aos demais indígenas e não indígenas que vem defendendo as questões climáticas.

A respeito desse tema das mudanças climáticas, Artemisa Xakriabá relata sobre o engajamento que se inicia na base, no território, naquilo que os nossos anciões sempre nos ensinam, que é cuidar da natureza, do meio ambiente e assim repassar isso para as outras pessoas, sabendo dos enfrentamentos que temos com a questão do tempo, da terra, fazendo com que as outras pessoas também se preocupem com o meio ambiente. Através das nossas experiências vividas, devido a estarmos passando por uma transformação preocupante com o aquecimento global que vem através da destruição e precisamos agir.

Portanto, Artemisa hoje é uma jovem ativista que também vem dando visibilidade sobre a luta do povo Xakriabá, trazendo a questão territorial, discutindo sobre o desmatamento, destruição, trazendo esses conhecimentos para que as demais pessoas se interessem cada vez mais pelas lutas dos povos indígenas, e foi através dessas ações que a ONG Sachamama reconheceu algumas mulheres de vários povos como mais influentes e que estão engajadas na luta em defesa das mudanças climáticas.

A questão climática é uma entre as diversas demandas que a juventude vem discutindo, participando e sendo convidada a fazer parte das discussões, enquanto juventude engajada na luta em defesa da Mãe Terra. Diante disso, tivemos mais um chamado para participar do Movimento em Defesa das Questões Climáticas entre os dias 26 e 29 de novembro de 2023, reforçando a importância de continuarmos mobilizando e participando cada vez mais desses enfrentamentos, ocupando os lugares de falas, de lutas, dentro e fora do território.

Frente aos chamados, a juventude deu um passo super importante na reunião interna do dia 20 de outubro de 2023. Esta reunião foi marcada para criar um estatuto para oficializar a Articulação da Juventude onde vários jovens antenados compuseram a diretoria com todos os membros. Após a escolha dos membros para compor a diretoria, damos o nome de AJUX (Articulação da Juventude Xakriabá).

A juventude Xakriabá também tem se fortalecido nas bases desde 2011, quando aconteceu a primeira edição dos Jogos Indígenas na aldeia Brejo. Em 2012 os jogos aconteceram em território Pataxó. Em 2013, nos Maxakali e em 2014 nos Krenak. Assim, a juventude veio se engajando e ganhando força com a parceria com outros parentes em 2014 e seguimos nas ATLS em Brasília. Percebemos a importância, diante desses intercâmbios dentro e fora do território com outros parentes de outros povos e hoje dentro do território, que essas modalidades têm em estreitar os laços de amizade, o que nos torna um só povo, independente das distâncias e estados em que se localizam os parentes indígenas.

Quando nos fortalecemos nos jogos tradicionais, nas diversas modalidades, nos fortalecemos também na luta fora do território para nos mantermos vivos com o direito de praticar a nossa cultura e costumes dentro do

território. Assim a juventude Xakriabá se faz presente não só em Brasília, no Acampamento Terra Livre na luta por direitos, mas também levando adiante a cultura ancestral dos povos, nos intercâmbios entre parentes. Estamos presentes nos Jogos Indígenas, na Marcha das Mulheres, nas Faculdades, nas Oficinas dentro do território, nos Encontros da Juventude.

Temos como objetivo para o III Encontro dentro do território, circular dentro das aldeias e dentro das escolas as modalidades tradicionais que trazem os jogos indígenas, como, corrida do maracá, cabo de guerra, luta do toco, luta na lama, arremesso de lança, arco e flecha, zarabatana, para que os próximos encontros não se tornem cansativos. Quando podemos, fazemos essas dinâmicas e brincadeiras, entre as atividades, que tem como foco principal tratar de assuntos e ações de base, além de levantar pautas necessárias junto aos caciques e lideranças e buscar soluções para os problemas apontados dentro e fora do território.

1.3.7 Rotinas de trabalho do movimento da juventude Xakriabá

Para a juventude Xakriabá, ainda que sejamos responsabilizados por outras atividades dentro da Aldeia, mantemos uma rotina em que possamos consolidar diversas ações a serem feitas dentro e fora do território.

Wasady Xakriabá fala que a rotina da articulação dentro do território é bem dinâmica. A mobilização dentro do território acontece semanalmente, ou às vezes acontece de 15 em 15 dias. Não temos uma regra específica sobre a obrigatoriedade de encontros semanais ou mensais, depende das demandas.

As discussões dentro da nossa articulação, nessas reuniões que temos, são para organizar as viagens para fora do território, para fazer o repasse sobre as viagens para os outros articuladores que ficaram na base, para prestação de contas, porque normalmente quando conseguimos recursos repassamos para os demais articuladores que adquirimos tal valor e x de recursos para o desenvolvimento da ação proposta no momento.

Quando retornamos para o território, fazemos a prestação de contas do que foi gasto e o que ainda restou em caixa. Na III Marcha das Mulheres Indígenas nos dias 10, 11, 12 e 13 de setembro de 2023, por exemplo, fizemos a prestação de contas porque boa parte do recurso que conseguimos para fazer

algumas viagens foi via o Torneio da Articulação da Juventude. Então, fizemos a reunião para fazer o repasse do que foi gasto e no que foi gasto.

Não temos uma pessoa específica para definir pautas, vamos colhendo demandas no território. Normalmente vamos para as reuniões com uma pauta em grande parte definida. Por exemplo, vamos na reunião para prestar contas, mas nela, por vezes, aparecem outras demandas, outras pautas e acolhemos.

Em uma das reuniões que tivemos de repasse, por exemplo, surgiu a demanda da necessidade de conversar com o cacique geral. Na próxima semana já nos reuniremos com o cacique geral. Então, assim são as demandas trazidas pelos articuladores. Neste caso, pretendíamos conversar com o cacique Domingos sobre a questão da oficialização da articulação da juventude. Era importante deixar o cacique a par de tudo que estávamos fazendo e a que passo estávamos andando, qual caminho estava tomando, etc.

As rotinas são bem ecléticas. Tanto fora, quanto dentro do território. Fora do território temos a questão das agendas não só do ATL (Acampamento Terra Livre) ou da Marcha das Mulheres, mas temos outros convites que a Articulação da Juventude recebe, por exemplo, para ir a alguns espaços falar enquanto articulação. Então, isso vai tomando grande dimensão e há momentos em que nem acreditamos a dimensão do que estamos conseguindo alcançar.

1.3.8 Eventos anuais que a juventude Xakriabá participa

Para além dos eventos que surgem inesperadamente, com a necessidade de nos fazermos presentes, o posicionamento da juventude torna-se indispensável dentro das aldeias e fora delas. Alguns deles podemos classificar como eventos anuais por percorrer com frequência o eixo de ações, tornando-se rotina para os jovens Xakriabá. Eventos esses que já temos um calendário a cumprir diante das importantes aprendizagens adquiridas dentro desses espaços.

A articuladora Flávia Xakriabá relata que existem eventos que nós, enquanto Articulação de Juventude, sempre participamos. Um deles é o Acampamento Terra Livre. Como já foi citado, esta é a maior mobilização de base indígena do Brasil e da América Latina e que a juventude Xakriabá efetivamente começou a participar em 2014. Flávia, especificamente, participa

desde 2012 e, até então, ela era a única. Desde então, a juventude não parou mais

Além do Acampamento Terra Livre, existem outras mobilizações. Uma delas é a Marcha das Mulheres Indígenas. A Marcha das Mulheres Indígenas acontece de dois em dois anos, desde 2019 e a juventude (as mulheres, em especial) vem sempre participando. Há ainda outras mobilizações, em especial, desde quando começou o Marco Temporal no Congresso Nacional. Este tem sido um dos maiores embates do movimento indígena na atualidade e tem demandado diversas mobilizações em Brasília.

Inclusive, no pico da pandemia, em 2021, se iniciou a Luta pela Vida que começou desde maio e seguiu entre maio, junho, julho, agosto, setembro e se estendeu para o ano todo. Há também outras mobilizações, outros movimentos sociais envolvidos. Há os movimentos indígenas que enquanto Articulação da Juventude somos convidados, tanto na região do nosso território, quanto fora. Estes, frequentemente, envolvem além dos movimentos indígenas, outros movimentos de povos de comunidades tradicionais, quilombolas, movimentos dos vazanteiros, sem teto, sem-terra, vários movimentos que somos convidados a apoiar e sempre estamos presentes.

1.3.9 Estrutura organizacional e de comunicação entre o movimento de base da juventude Xakriabá e os movimentos nacionais.

A cada necessidade, existe uma logística a ser feita para a atuação da juventude na luta. Para traçar esses desafios, necessariamente nos reunimos para diálogo e planejamento do evento colocado em questão.

Wasady relata que a estrutura do movimento é, principalmente, da articulação. Por carregar o nome de Articulação da Juventude Xakriabá, ela não é só composta pela juventude, mas abrange vários grupos dentro do território, por exemplo, mulheres, homens, crianças, anciões, caciques e lideranças. Afinal, temos uma diversidade de pessoas que se encaixam e contribuem no grupo.

Então, a estrutura do movimento é principalmente da articulação mesmo, né? por carregar o nome de juventude Xakriabá ela não é composta somente pela juventude, ela abrange vários grupos dentro do território, mulheres, homens, crianças, anciões, anciãs, caciques, lideranças, porque a gente tem essa diversidade dentro

do território de pessoas que se encaixam nesse grupo, então a gente abrange isso também, porque a grande maioria são jovens, então a gente abrange tudo. É o corpo de pessoas que existem dentro do território. Não é somente a articulação da juventude, tem vários outros membros, né? Outros corpos envolvidos nessa luta (entrevista com Dilla Wasady Xakriabá, realizada em 21/04/2023)

Sendo assim, a grande maioria das pessoas que compõem a estrutura organizacional são jovens, mas fazem parte também outras pessoas que constituem o corpo de pessoas que existe dentro do território. Ou seja, não somente é a articulação da juventude sozinha, nela se ligam vários outros membros, outros corpos envolvidos na luta. Não temos uma estrutura de articulação em formato de associação para ter uma diretoria, um conselho, um secretário, tesoureiro. Ainda não temos essa estrutura, mas estamos nos trâmites finais para conseguirmos oficializar a articulação formalmente. Por outro lado, a organização, propriamente, está sempre articulada com a participação e organização social Xakriabá.

Os cargos, normalmente, são escolhidos pelos próprios articuladores. Diante das reuniões, principalmente, dentro do campo de participação não tem como escolher uma pessoa para fazer parte desses espaços sem estar por dentro da articulação. Então, a escolha dos membros é basicamente pelas pessoas que estão nas reuniões e, principalmente, o olhar pelo trilhar da pessoa que faz parte e participa das mobilizações de base. Com base nesse envolvimento, fazemos o chamado.

Hoje, é importante citar a ferramenta das redes sociais. A principal delas que utilizamos é o WhatsApp, porque conseguimos ter um alcance muito grande dentro das aldeias. Afinal, são 37 aldeias com mais de 9 mil indígenas. Temos a dificuldade de chegar em outras pessoas, então via WhatsApp conseguimos agilizar mais rápido as ações. Se fosse de outra forma, teríamos de nos deslocar de uma aldeia para outra e muitas aldeias são bem distantes e demoraria muito para chegar e organizar. Para ter uma comunicação mais imediata, principalmente, quando é a questão de viagens, usamos muito as redes sociais, fazendo o contato direto com as pessoas. É uma forma também de facilitar porque quando se tratam de viagens, há várias coisas para resolver.

Além de convocar o pessoal, as redes sociais nos ajudam a fazer uma ponte importante enquanto articulação com o povo. Esta é a organização interna.

Com ela conseguimos fazer com que haja o chamado para a saúde, educação, para outros setores. Então, conseguimos trabalhar nessa parceria e chegar em vários outros espaços também. Antes era bem complicado porque no território não havia internet em todas as aldeias. Eram poucas aldeias que recebiam convites antes de existirem as redes sociais. Hoje, já temos tal facilidade porque 60% a 80% das aldeias já têm internet instalada. Assim, fica mais fácil a mobilização.

Em 2017, o primeiro Encontro da Juventude foi organizado via escola. O pessoal usou a escola como ferramenta de comunicação e, de fato, ela é uma ferramenta muito importante. Antes, as pessoas que estavam mais à frente do movimento, os referências da articulação da juventude nessa época, acompanhavam e utilizavam a escola para se comunicar. Esses articuladores iam de escola em escola fazer o convite para o encontro. Antes, havia essas dificuldades para chegar rápido às pessoas e hoje temos essa facilidade. Apesar disso, continuamos utilizando também a prática dos recados, como utilizado pelos mais velhos e que é tradição.

A seguir, apresentamos alguns exemplos de recados transmitidos via Whatsapp para organização de atividades desenvolvidas pela Articulação da Juventude:

Boa tarde! Passando para avisa-lxs e convidá-lxs para uma reunião da Articulação com a Organização Interna amanhã (terça-feira) às 12hrs na Aldeia Itapicuru, na cabana da escola, que terá como pauta: • Repasses das ações da articulação dentro e fora do território. • Construção das próximas ações de base. Contamos com a participação de todxs, pois essa é uma reunião de extrema importância! Boa noite a todxs!

Pessoas, estou passando aqui para avisa-lxs e convida-lxs para uma reunião da articulação que ocorrerá dia 19 (terça-feira), às 12hrs 30min, na aldeia Itapicuru, na cabana da escola. Pautas da nossa reunião: • O ATL; • Encontro da Juventude; • Repasse de ações. Reafirmo aqui a importância da participação de todxs, pois, prezamos pela construção coletiva! 🙌👍

Boa noite a todos! Aqui é Zé Fiuza, liderança da aldeia Itapicuru. Passando aqui pra falar que esse mês acontecerá em Brasília a maior mobilização indígena do Brasil. E teremos delegação Xakriabá com nossos guerreiros e guerreiras presentes para buscar nossos direitos. Por isso, peço a cada um de vocês suas contribuições para que possamos fortalecer nosso povo. Qualquer alimento não perecível ou qualquer quantia em

dinheiro irá nos ajudar. O pessoal estarão passando amanhã pedindo qualquer tipo de ajuda. Uma boa noite a todos e que Deus abençoe cada um.

1.4 Resistência ancestral: a luta contínua pela defesa dos nossos direitos e territórios

Nossa história de resistência é longa e marcada por batalhas incessantes para proteger nossa terra, nossa cultura e nossos direitos. Em abril de 2000, mais de três mil indígenas, representando 140 povos de todo o Brasil, reuniram-se em Coroa Vermelha, na Bahia, para a Conferência Indígena 2000. Este evento foi uma resposta direta à celebração oficial dos 500 anos da chegada dos portugueses ao Brasil, promovida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso. Enquanto o governo exaltava a colonização, nós, os povos originários, marchamos sob o lema "Brasil: outros 500", enquanto eles festejavam o "Descobrimento", nós denunciávamos o que foi, na verdade, um genocídio. Contestando a narrativa colonial e denunciando as violências que se seguiram à chegada dos europeus.

Por cinco séculos, nos contaram uma história mentirosa. Uma história que nos colocava como selvagens, como inferiores. Uma história que justificava a invasão de nossas terras, a destruição de nossas culturas e a escravização de nosso povo. Mas nós sabemos a verdade. Sabemos que estávamos aqui muito antes dos portugueses chegarem, que cuidávamos da nossa terra e de todos os seres que nela habitam.

Naquela conferência, nós, povos indígenas, decidimos não mais aceitar essa mentira. Decidimos contar nossa própria história, a história de resistência e luta de nossos povos. Mostramos ao mundo que não somos o passado, mas o futuro. Que estamos aqui para ficar e que vamos continuar lutando pelos nossos direitos.

A reação do governo foi repressiva. Durante os protestos, a polícia destruiu um monumento indígena e dispersou violentamente os manifestantes, resultando em dezenas de feridos e presos. Isso ilustrou o desprezo do Estado pelos direitos indígenas e sua tendência em perpetuar uma história que favorece a narrativa dos colonizadores.

Essa iniciativa simbolizou a resistência contra séculos de opressão, e desde então, nossa luta se intensificou. Nós estamos ocupando nossas terras, defendendo nossos rios, fortalecendo nossa cultura.

Dando sequência à Marcha dos 2000, o Acampamento Terra Livre (ATL) se consolidou como a maior mobilização indígena do país. Realizado anualmente, o ATL reúne milhares de indígenas de diversas etnias para discutir as principais questões que afetam nossos povos e fortalecer a luta por nossos direitos. Infelizmente, a nossa resistência foi e ainda é marcada por inúmeras agressões, tanto dentro quanto fora de nossos territórios. A violência que enfrentamos não se limita apenas às invasões e destruições de nossas terras, mas também às ameaças constantes que nos são impostas, seja pela omissão do Estado, seja pela convivência de setores que deveriam estar ao nosso lado.

Diante da ineficiência de alguns órgãos governamentais e da crescente violência, nos organizamos cada vez mais para enfrentar os desafios. E nossas mobilizações, por exemplo, têm sido uma forma de proteger nossos territórios e as comunidades. Além disso, buscamos apoio de outras organizações da sociedade civil e de movimentos sociais para fortalecer nossas lutas.

O Acampamento Terra Livre (ATL) é um evento crucial na luta de nós povos indígenas brasileiros por nossos direitos, tendo sido o palco de importantes mobilizações desde a sua criação.

Embora a Juventude Xakriabá tenha uma presença recente no Acampamento Terra Livre (ATL), ela é parte de uma luta contínua de muitos guerreiros. Nossos ancestrais, nossas lideranças, têm resistido, mantendo um pé na aldeia e outro no mundo há mais de 524 anos. A partir do conteúdo da página da APIB (2022) referente aos ATL's², escrevi tópicos 1.4.1 a 1.4.4, contando um pouco da história do Acampamento.

1.4.1 Os primeiros 5 anos da ATL

O ano de 2004 ficou marcado pelo 1º ATL (Acampamento Terra Livre), que alcançou um marco significativo com a participação expressiva de jovens, e

² APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. Acampamento Terra Livre - Retomando o Brasil : demarcar territórios e aldear a política. 2022. Disponível em: <<https://apiboficial.org/historico-dos-atls/>>. Acesso em: 23 ago. 202.

lideranças indígenas de diversas etnias, consolidando o mês de abril como um período central de mobilização e resistência indígena.

O movimento, também conhecido como Abril Indígena, teve início no dia 15 a 19 de abril. Este evento foi o primeiro Acampamento Terra Livre, uma das mais importantes mobilizações nacionais dos povos indígenas, com o objetivo principal de reivindicar a homologação das terras indígenas pertencentes aos povos Macuxi, Taurepang, Ingaricó, Patamona e Wapichana, situadas entre os municípios de Normandia, Pacaraima e Uiramutã, no estado de Roraima. Este evento marcou o começo de um movimento que se baseava nas principais ações nacionais dos povos indígenas e visava garantir os nossos direitos territoriais.

Após o ATL, várias lideranças indígenas se reuniram no dia 10 de maio de 2004 para evitar retrocessos nos direitos assegurados pela Constituição Federal de 1988. O presidente da época, Luiz Inácio Lula da Silva, eleito no ano de 2002, ouviu as demandas, mas pediu paciência. Enquanto isso, os ataques aos territórios indígenas aumentavam, fomentados por políticos e fazendeiros de Roraima, que pressionavam o governo para impedir a demarcação dos territórios indígenas e outras reivindicações feitas à FUNAI, órgão responsável pela execução das políticas indigenistas do Brasil e ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, que tem como principal objetivo proteger e promover os direitos dos povos indígenas.

Em 2005, a mobilização indígena retornou com vigor, no segundo Acampamento Terra Livre, realizado entre os dias 25 a 29 de abril. Reunindo mais de 700 lideranças indígenas de 89 povos no 2º ATL, que ocuparam a Esplanada dos Ministérios. O objetivo foi unir forças e fortalecer os laços entre os povos, além de construir uma política de direitos indígenas mais robusta.

O 3º Acampamento Terra Livre, realizado em 2006, ocorreu entre os dias 4 a 6 de abril, com a participação de 550 lideranças de 86 povos. Neste encontro, as críticas à política indigenista do governo Lula foram intensificadas devido ao não cumprimento das reivindicações dos ATLs anteriores. Os seis eixos discutidos incluíram a nova política indigenista, a criação do CNPI (Conselho Nacional dos Povos Indígenas), terras indígenas, ameaças aos direitos indígenas no Congresso Nacional, gestão territorial e sustentabilidade das terras indígenas, saúde indígena e educação.

Entre as principais preocupações estava a educação indígena, que enfrentava dificuldades, dentre elas, além das estrutura física das escolas indígenas no Brasil, 2.422 escolas indígenas eram mantidas por 179 secretarias municipais e 23 secretarias estaduais de educação em 24 unidades da federação. 1.057 dessas escolas, ou seja, 43,6% funcionavam em instalações improvisadas. Isto equivale a dizer que, 76.164 alunos indígenas estavam estudando em casa de professor, embaixo de árvores, galpões, barracões, casas de farinha, na igreja ou em outros ambientes. No ano de 2006, apenas 1.365 estudantes estavam instalados em prédios próprios. A falta de compromisso entre o governo de estado e os municípios, dificultava não só a qualidade da educação diferenciada, mas também o ingresso dos estudantes indígenas nas universidades e o acesso a bolsas de estudo.

O 4º Acampamento Terra Livre, realizado entre os dias 16 e 19 de abril de 2007, contou com a presença de mais de 1.000 lideranças de 98 povos diferentes. As lideranças indígenas destacaram a importância da preservação ambiental e o impacto das atividades como construção de usinas hidrelétricas, garimpo e exploração de minérios, que ignoram a presença indígena e causam danos ambientais significativos às aldeias, que ainda resistem nos espaços reduzidos após a invasão do Brasil.

O ATL de 2007 foi mais do que uma mobilização, foi uma reafirmação de que estamos aqui e que não iremos a lugar nenhum. No ano de 2007, houve a ampliação da participação e das demandas dos diferentes povos indígenas. Além da questão territorial, destacaram-se temas como a educação indígena, a saúde e a preservação ambiental. Cada ATL subsequente trouxe novas questões e prioridades, refletindo as mudanças e os desafios enfrentados pelos povos indígenas no país.

Em 2008, reafirmamos nossa exigência pela demarcação e regularização de todas as terras indígenas, algo fundamental para garantir a sobrevivência e a integridade dos nossos povos. Destacamos a urgência na proteção das terras Guarani, como o Morro dos Cavalos, e das terras dos povos Kaingang, Xetá e Xokleng, no sul do país. Além disso, lutamos pela conclusão da desintrusão das Terras Indígenas Raposa Serra do Sol e Marãiwatsédé, que continuam sendo alvos de invasões e ameaças. Nossa mobilização foi um grito por justiça e pela defesa dos nossos territórios sagrados.

1.4.2 Do 6º ao 11º ano de ATL

No segundo mandato do governo Lula, em 2009, continuamos firmes nas nossas reivindicações, exigindo a efetivação dos nossos direitos constitucionais, principalmente, a demarcação dos nossos territórios tradicionais. O 6º ATL deste ano serviu como plataforma para críticas direcionadas ao governo pela lentidão e ineficácia na resolução dessas questões. A declaração contundente de que "nossos povos jamais aceitarão permanecer expulsos de seus territórios tradicionais nem ser confinados a terras diminutas" evidenciou a resistência e determinação frente às adversidades enfrentadas. O ATL desse ano foi uma demonstração da nossa resistência e da nossa determinação em lutar pela nossa dignidade e pelos nossos direitos.

Em 2010, o 7º ATL (Acampamento Terra Livre) foi realizado pela primeira vez fora de Brasília, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul, como sede. Essa escolha estratégica estava conectada aos graves conflitos enfrentados pelo povo Guarani Kaiowá na região, que na época concentrava grande parte dos conflitos fundiários do país, conforme apontado por estudos do Conselho Indigenista Missionário (Cimi). Descentralizar o acampamento foi uma maneira de dar visibilidade a essa luta e fortalecer nossa resistência em cada canto do Brasil, onde nossos direitos estão sendo violados, dando visibilidade e atenção imediata às situações mais críticas vivenciadas pelas comunidades locais.

No início do governo de Dilma Rousseff, em 2011, o 8º ATL produziu um documento final que enfatizava a necessidade de um diálogo efetivo entre o governo e os movimentos indígenas, alinhado aos princípios da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Houve uma forte oposição ao avanço de grandes obras de infraestrutura, como as do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que ameaçavam diretamente os territórios e modos de vida indígenas. A frase "não admitimos que o governo 'enfie goela abaixo' empreendimentos do PAC" que ameaçavam diretamente nossos territórios e modos de vida, sintetiza a resistência e a exigência de respeito ao direito de consulta prévia e informada. Não aceitamos que o governo imponha esses projetos sem a nossa consulta e sem respeitar os nossos direitos.

Em 2012, o 9º ATL (Acampamento Terra Livre) ocorreu no Rio de Janeiro, paralelamente à Cúpula dos Povos, aproveitando a visibilidade internacional do

evento para fortalecer suas demandas. O documento final desta edição foi estruturado em dois eixos principais: "Repúdios" e "Propostas". Os repúdios abordaram críticas severas às políticas que violavam direitos indígenas, denunciando as políticas que violam nossos direitos e propomos caminhos para a proteção dos nossos territórios, culturas e modos de vida. Mais uma vez, mostramos ao mundo que a nossa luta é por justiça e sustentabilidade. Enquanto as propostas apresentaram soluções e caminhos para a garantia e promoção desses direitos, incluindo questões ambientais, culturais e sociais, reforçando o compromisso dos povos indígenas com a sustentabilidade e a justiça social.

Em 2013, os participantes do 10º ATL (Acampamento Terra Livre) realizaram uma análise profunda sobre o cenário de ameaças crescentes aos direitos e territórios indígenas. Identificaram uma ofensiva articulada com objetivos claros: inviabilizar a demarcação de nossas terras, reabrir processos já concluídos e promover a exploração comercial dos nossos territórios. Frente a esses desafios, o ATL serviu como espaço de elaboração de estratégias de defesa e mobilização política para resistir aos ataques e assegurar a proteção dos direitos conquistados, reafirmando nosso compromisso de resistir e proteger o que é nosso por direito.

No contexto das eleições presidenciais de 2014, utilizamos o 11º ATL (Acampamento Terra Livre) para incidir politicamente, redigindo uma "Carta pública aos candidatos e candidatas à presidência da república". O documento delineou claramente as principais reivindicações dos povos indígenas, exigindo a demarcação e proteção efetiva de todas as terras indígenas e a rejeição a quaisquer iniciativas legislativas que visassem reverter ou suprimir direitos constitucionais. Essa ação evidenciou a maturidade política do movimento indígena e sua capacidade de influenciar o debate público e as agendas governamentais. Foi neste ano, que nós, como juventude Xakriabá, passamos a participar efetivamente e anualmente nos ATLs.

1.4.3 Do 12º ao 16º ano de ATL

Em 2015, o 12º ATL (Acampamento Terra Livre) voltou-se para questões de fortalecimento institucional, reivindicando a efetivação do Dr. Flávio Chiarelli Vicente de Azevedo na presidência da Fundação Nacional do Índio (Funai). Após anos de lideranças interinas, entendemos que uma presidência forte e alinhada

com as nossas lutas é essencial para a proteção e promoção dos nossos direitos. Reivindicamos que o governo nomeasse alguém que estivesse verdadeiramente comprometido com o desenvolvimento de políticas eficazes em defesa dos povos indígenas. A nomeação de uma liderança sólida e comprometida era vista como essencial para reverter o quadro de estagnação e garantir o funcionamento adequado da Funai na proteção e promoção dos nossos interesses.

Em 2016, diante do cenário de golpe no Brasil, os povos indígenas expressaram seu repúdio às ameaças e retrocessos anunciados pelo governo interino de Michel Temer. A "Carta pública ao governo interino de Michel Temer" foi uma resposta direta às tentativas de suprimir os direitos conquistados, principalmente, nas áreas de saúde, educação e demarcação territorial. Este 13º ATL (Acampamento Terra Livre) foi um marco de resistência em um momento crítico para a nossa democracia.

O 14º ATL (Acampamento Terra Livre) de 2017 realizado nos dias 24 a 28 de abril, denunciou os impactos devastadores do golpe de 2016 sobre os povos indígenas. O documento final criticou duramente os Poderes da República, que, aliados a interesses econômicos, avançavam contra nossos territórios e direitos. São cada vez mais frontais os ataques aos direitos fundamentais dos povos indígenas, orquestrados por um Congresso Nacional dominado por interesses privados imediatistas e contrários ao interesse público, como o agronegócio, a mineração, as empreiteiras, setores industriais e outros oligopólios nacionais e internacionais. Foi um ano de resistência contra o desmantelamento das políticas indigenistas e de reafirmação da nossa luta pela vida e pela terra.

Em 2018, enfrentamos uma das mais graves ameaças aos nossos direitos: o Parecer AGU nº 001/2017, publicado pelo governo de Michel Temer, que tentava impor a tese do marco temporal. Esta tese, contrária à jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e desrespeitosa ao nosso histórico de luta, serviu para atrasar e até anular processos de demarcação. O 15º ATL desse ano foi uma resposta contundente a essa tentativa de violação dos nossos direitos, reforçando a necessidade de continuarmos unidos e vigilantes.

Vale a pena lembrar que o marco temporal é uma tese jurídica que determina, que terá direito às demarcações de terras indígenas apenas os “povos” que ocupavam ou disputavam seus territórios em 5 de outubro de 1988.

Nada mais é do que a continuidade das tantas exterminações das vidas indígenas em seus territórios. Quando entendemos que somos o marco ancestral e não temporal, nossa história não começa em cinco de outubro de 1988. Sempre estivemos aqui.

O primeiro ATL durante o governo de Jair Bolsonaro, em 2019, refletiu as perdas institucionais que imediatamente afetaram os povos indígenas. Diante das declarações de Bolsonaro, que afirmava não demarcar "mais um centímetro" de terra indígena, nossas denúncias no ATL focaram no aumento das invasões e na violência crescente contra as aldeias no país. Foi um ano de resistência frente a um governo abertamente anti-indígena.

Durante esse período do 16º Acampamento Terra Livre, mulheres indígenas realizaram plenária para debater e articular agenda de lutas em torno do tema "Território, nosso corpo, nosso espírito" esse foi o tema do calendário de lutas do movimento das mulheres indígenas que teve início no dia 09 de agosto e seguiu até o dia 12, com a Marcha das Margaridas, em Brasília.

A pandemia de Covid-19 trouxe novos desafios para a nossa luta. Em 2020, o 17º ATL (Acampamento Terra Livre) precisou adaptar-se e ocorreu de forma virtual. Apesar das limitações impostas pela pandemia, o evento se tornou o maior encontro online do ano, reunindo milhares de participantes em plenárias que denunciaram os efeitos devastadores da política do governo Bolsonaro sobre as vidas indígenas. Apesar de não podermos ocupar as ruas, a força das nossas vozes ecoou através das telas, denunciando os ataques do governo Bolsonaro e reforçando nossa luta pela vida em meio à pandemia. Reconhecemos que nossa luta é necessária e essencial, pois sempre estamos sob ameaças. A cada novo ataque que enfrentamos, desenvolvemos novas estratégias de resistência, demonstrando que nossa força e determinação permanecem inabaláveis.

1.4.4 Do 18º ao 21º ano de ATL

Em 2021, no 18º ATL (Acampamento Terra Livre) enfrentando ainda os impactos devastadores da pandemia, que levou à morte de mais de mil indígenas, e as políticas anti-indígenas do governo Bolsonaro, realizamos o segundo ATL virtual, sob o lema "Demarcando as telas e lutando por direitos".

Este evento foi marcado pela dor das perdas causadas pela Covid-19, mas também pela força ancestral que nos impulsiona a continuar lutando.

Entre os dias 5 e 30 de abril, demarcamos as telas e lutamos por nossos direitos, reafirmando que nossa luta é pela vida. Neste mesmo ano, mesmo diante das dificuldades enfrentadas durante a pandemia da COVID-19 e os riscos do coronavírus, a juventude Xakriabá se fez presente por três vezes durante o pico da pandemia em Brasília, durante as mobilizações nos diferentes temas: Funai Anti-Indígena, Alerta congresso, Levante pela Terra, Luta pela Vida, Marchas das Mulheres e o Marco Temporal.

E tivemos a participação ativa de Indígenas na COP 26, como a participação de Célia Xakriabá, hoje deputada federal pelo Estado de Minas Gerais, e de demais figuras importantes para o movimento Indígena. A COP que aconteceu em novembro em Glasgow, Escócia, foi a 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas. Esse evento global é um espaço onde líderes mundiais, organizações e movimentos sociais se reúnem para discutir e definir estratégias para combater a crise climática.

Para nós, povos indígenas, a COP 26 representou uma oportunidade crucial para reafirmar a centralidade de nossos territórios e culturas no enfrentamento dessa crise. Durante a conferência, destacamos que as soluções reais para a cura da Terra não podem ser apenas tecnológicas, elas devem estar enraizadas no respeito aos direitos indígenas e na proteção dos territórios tradicionais, que são verdadeiros baluartes de preservação ambiental. A luta pela demarcação de nossas terras e pela defesa de nossos modos de vida não é apenas uma questão de justiça, mas de sobrevivência para toda a humanidade.

Em 2022, chegamos à 19ª Edição do Acampamento Terra Livre (ATL), realizado em Brasília. Foi um momento de retomada das mobilizações presenciais, marcando o início de uma nova fase de resistência, seguimos com as forças da ancestralidade, nos reerguendo para voltar às ações presenciais com o tema: “Retomando o Brasil: Demarcar Territórios e Aldear a Política”. Neste ano, ocupamos a capital federal de 4 a 14 de abril. O foco foi na luta contra a tese do marco temporal, que ainda ameaçava nossos direitos territoriais, e na denúncia do avanço do agronegócio e da exploração ilegal de recursos em

nossos territórios. A juventude indígena teve um papel central, trazendo energia renovada e novas estratégias para a luta.

Em 2023, o 20º ATL (Acampamento Terra Livre) se consolidou como o maior evento de mobilização indígena do Brasil, reunindo mais de seis mil indígenas de aproximadamente 180 povos em Brasília. “O Futuro Indígena é hoje. Sem demarcação não há democracia!” foi o lema. As pautas deste ano incluíram a defesa dos nossos territórios, a luta contra o desmatamento e a mineração, e a reivindicação de políticas públicas que respeitem a nossa cultura e modo de vida. A presença maciça da juventude indígena mostrou que a luta continua firme e forte, com novas lideranças surgindo para defender nossos direitos.

O 21º ATL (Acampamento Terra Livre) de 2024 que aconteceu entre os dias 22 e 26 de abril, foi um marco histórico, com uma participação expressiva de jovens indígenas de todo o Brasil. Este ano, o ATL abordou a importância de fortalecer as alianças entre os povos indígenas e outros movimentos sociais, frente às ameaças crescentes aos nossos territórios e direitos, e foi comemorado os 20 anos da maior mobilização indígena do Brasil. 20 anos que nos reunimos com diversos povos de diversas etnias de todo o Brasil, somando forças em busca da garantia dos nossos direitos. 20 anos, considerando que a mobilização aconteceu apenas de forma virtual no ano de 2020, mas que não deixou de representar nossa busca constante por respeito e garantia dos nossos direitos, e o quanto resistimos nessa luta ancestral. É notório que essa mobilização é de grande contribuição na luta histórica pela garantia dos direitos dos povos indígenas e fortalecimento da democracia do nosso país.

A juventude indígena desempenhou um papel fundamental, utilizando as redes sociais e outras plataformas para amplificar nossa voz e mobilizar a sociedade em defesa dos nossos direitos. O ATL de 2024 foi um exemplo de como a luta de nós, povos indígenas, está cada vez mais forte, com as novas gerações assumindo a responsabilidade de continuar essa luta. Continuaremos a ser a vanguarda dos movimentos sociais no combate à agenda de morte contra nossos corpos, nossa Luta continua, Nossa Resistência é Eterna.

O Acampamento Terra Livre (ATL) de 2024 marca mais um capítulo na longa história de resistência e luta dos povos indígenas do Brasil. Desde o primeiro ATL, temos nos reunido, trazendo nossas vozes, nossos cantos e nossa

força para o centro do poder político. Enfrentamos desafios imensos, mas jamais deixaremos de lutar pelos nossos direitos, pelos nossos territórios, e pela preservação da Mãe Terra. Assim como foi repassado pelos nossos guerreiros, lutaremos com a força ancestral, com o sangue de guerreiro que corre por nossas veias, pois da luta somos herdeiros, e cuidaremos do nosso chão que também é parte de nós.

Neste ano, mais uma vez, nos levantamos contra as ameaças que pairam sobre nossos territórios, nossos corpos e nossas culturas. As políticas anti-indígenas continuam a tentar nos enfraquecer, mas nossa união e determinação são mais fortes. Cada ataque que enfrentamos só reforça nossa convicção de que nossa luta é justa e necessária.

O movimento indígena tem sido essencial diante dos retrocessos contra os direitos dos povos indígenas. Ele representa uma ferramenta vital de luta, demonstrando que o lugar onde estamos é também um lugar de cura e sobrevivência. A união entre os povos tinha como objetivo, na época, reivindicar uma nova política indigenista, com a criação do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI), para tratar da homologação das terras indígenas, particularmente a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, que era almejada por latifundiários, entre outros projetos de lei que tramitavam pelo Congresso Nacional com impacto negativo para os direitos indígenas.

Nossa presença em Brasília, com milhares de parentes de todos os cantos do país, é a prova de que nossa luta continua. Não importa o quão difíceis sejam os tempos, estaremos sempre de pé, prontos para defender nossos direitos e nossos territórios.

Jamais deixaremos de lutar. Cada ATL é um lembrete de que nossa resistência é eterna, que nossa força vem da terra, dos nossos ancestrais, e da união entre os povos. Continuaremos ativos, alertas e prontos para enfrentar qualquer desafio que venha. Nossa luta é pela vida, pela terra, e pela preservação de tudo aquilo que para nós é sagrado. E enquanto houver ameaça, haverá resistência. E enquanto houver resistência, haverá esperança. Vamos seguir em frente, com a certeza de que nossa luta é a luta pela sobrevivência e pelo futuro de toda a humanidade.

A participação da juventude indígena, incluindo grupos como a Juventude Xakriabá, tem sido fundamental para revitalizar o movimento indígena e trazer

novas perspectivas às lutas. Os jovens desempenham um papel crucial na continuidade e fortalecimento das mobilizações, promovendo a integração entre as tradições ancestrais e as demandas contemporâneas. A presença de jovens no ATL não apenas trouxe uma energia renovada, mas também ampliou o alcance do movimento através do uso das redes sociais e outras ferramentas de comunicação.

Esses jovens têm desempenhado papéis de liderança e inovação, utilizando essas plataformas para amplificar suas vozes e denunciar as violações de direito, seguem profundamente engajados na defesa dos nossos territórios, na luta por uma educação diferenciada que respeite nossa cultura e na promoção da valorização das tradições indígenas. Sua participação ativa no ATL reflete um compromisso com a construção de um futuro mais justo e equitativo para os povos, ao lado das lideranças mais experientes.

Assim seguiremos, demarcando as telas e as terras, ecoando nossas vozes com o cântico Xakriabá, com a pintura no rosto e a saia de croatá. Nossa resistência é expressa nas pinturas do urucum, jenipapo e toar, símbolos de uma luta que é tão antiga quanto a nossa existência. Há 524 anos, enfrentamos preconceitos, lutamos pela retomada das terras à beira do rio São Francisco, que nos pertencem por direito ancestral. Seguiremos firmes, resistindo a qualquer tentativa de retrocesso, para que nossos direitos sejam não apenas assegurados, mas respeitados. Nossa luta é contínua, e enquanto houver um palmo de terra a ser demarcado, estaremos na linha de frente.

CAPÍTULO 2 - DA TERRA ÀS IMAGENS

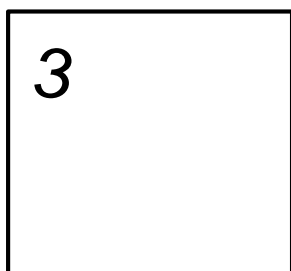
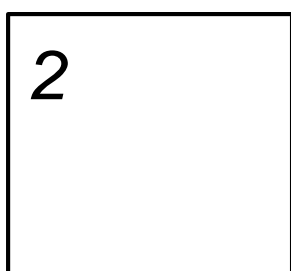
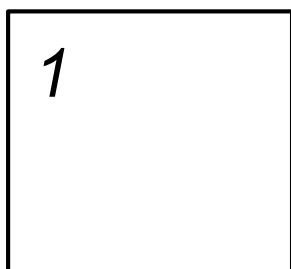
“[...] Os homens civilizados só pensam em dinheiro e guerra, mas eu peço a Deus Tupã que olhe aquele que erra desbastando a floresta a natureza encerra. Luto pra não ser cativo, pois o índio positivo está ficando sem terra.” - Rosalino Gomes Xakriabá, líder assassinado em 1986. (Kanaykō, 2019, p. 22).

Este capítulo será dedicado a contar a história narrada, em forma de texto no Capítulo 1, por meio de imagens. As imagens são formas de narrativa muito importantes para nós, povos indígenas, que temos na oralidade e na observação visual atenta, meios de nos expressar, de produzir memórias e transmitir nossos modos de pensar, de ver, de perceber, de analisar o mundo à nossa volta.

Este capítulo está dividido em quatro sequências de imagens, quatro pranchas. A primeira prancha é chamada “O nosso território”. Nela, apresentamos imagens que contam sobre o território Xakriabá localizado no extremo norte do Estado de Minas Gerais. A segunda prancha é chamada “Nossas bases ancestrais”. Nesta prancha fazemos referência aos guerreiros e guerreiras do nosso povo que inspiram sempre a nossa juventude. Na terceira prancha, “O movimento da juventude Xakriabá com o pé na aldeia”, apresentamos imagens sobre momentos importantes das mobilizações internas. Por fim, a quarta prancha, “O movimento da juventude Xakriabá com o pé no mundo”, apresenta imagens relacionadas às nossas participações em ações fora do território.

O convite para você, leitor ou leitora, é abrir seus sentidos para as imagens que se seguem.

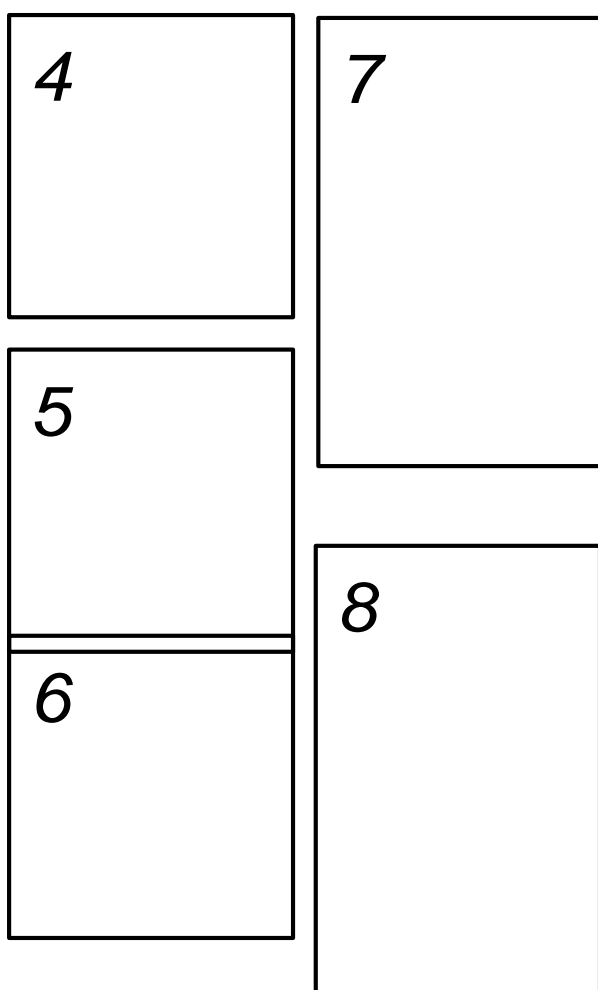
2.1 Prancha I: O nosso território



1. Mapa do território Indígena Xakriabá, com áreas de ampliação e retomada
2. Fechamento da BR-135, ao lado da aldeia Rancharia. Foto: Edgar Kanaykõ Xakriabá (2021)
3. Retomada da 2ª ampliação da aldeia Caraíba. Foto: Edgar Kanaykõ Xakriabá (2013)



2.2 Prancha II: Nossas bases ancestrais e do presente



4. Jovens ao lado da imagem de dona Ercina, anciã, ancestral guardiã da sabedoria do povo Xakriabá.
5. Pajé Vicente, sempre presente nos movimentos da juventude. Segundo Encontrão, aldeia Prata.
6. Sr. Valdemar é uma das mais velhas lideranças que acompanha a juventude desde o início. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá, 2022.
7. Jornal de 1987, notícia da chacina de Rosalino Xakriabá, retratando a violência sofrida pelo povo. Fonte: Célia Xakriabá, 2018.
8. Jornal de 1987, retratando a violência sofrida pelo povo Xakriabá na época do conflito. Fonte: Célia Xakriabá, 2018.

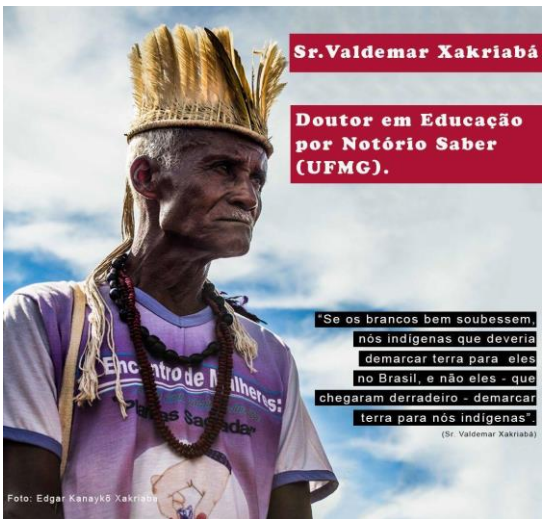


Foto: Edgar Kanaykō Xakriab

[illegible]

XAKRIABÁ: DESAFIANDO A VIOLÊNCIA E CONSTRUINDO O DIA DE AMANHÃ

INTERCOMUNICADO

"Para todos os Xakriabá e desafiando para a luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje".

Porto Alegre, Rio Grande

Indígenas do Xakriabá em uma cerimônia.

SEM APELO DA ALDEIA RAPE

"Ninguém se pode sentir culpado por não ter participado da luta indígena", afirma o líder Xakriabá, o índio Xakriabá, em uma entrevista dada ao jornal "O Estado de São Paulo". O líder Xakriabá, que vive na aldeia Xakriabá, no Estado do Rio Grande do Sul, afirma que a luta indígena não é uma luta de "indígenas contra não indígenas", mas uma luta de "indígenas contra a violência".

Segundo o líder Xakriabá, a luta indígena é uma luta de "indígenas contra a violência", e não uma luta de "indígenas contra não indígenas". Ele afirma que a luta indígena é uma luta de "indígenas contra a violência", e não uma luta de "indígenas contra não indígenas".

Segundo o líder Xakriabá, a luta indígena é uma luta de "indígenas contra a violência", e não uma luta de "indígenas contra não indígenas". Ele afirma que a luta indígena é uma luta de "indígenas contra a violência", e não uma luta de "indígenas contra não indígenas".

INTERCOMUNICADO
DESAFIANDO
CONSTRUINDO

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

UMA DICHIENÇA

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

O indígena do norte amazônico contra o genocídio indígena

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

Este comunicado é uma declaração de princípios e de uma luta silenciosa e despretensível para este novo dia de maior progressividade. O desafio da sociedade civil brasileira para o movimento indígena hoje.

2.3 Prancha III: O movimento da juventude Xakriabá com o pé na aldeia

Esta prancha está dividida em 6 partes:

- Prancha III-1: atividades culturais e mutirões;
- Prancha III-2: encontros da juventude;
- Prancha III-3: articuladores;
- Prancha III-4: participação em atividades junto das lideranças;
- Prancha III-5: Monitoramento Comunitário Xakriabá contra a pandemia;
- Prancha III-6: Informativos para organização.

2.3.1 Prancha III-1: atividades culturais e mutirões

9

9. Juventude Xakriabá no 19 de Abril de 2007. Foto de Edgar Xakriabá.

10

10. Foto de umas das Noites culturais realizadas na aldeia Santa Cruz. Demonstra variedade de comida e do saber que está em torno de cada elemento. Foto de Edgar Xakriabá, 2014 (Célia Xakriabá, 2018).

11

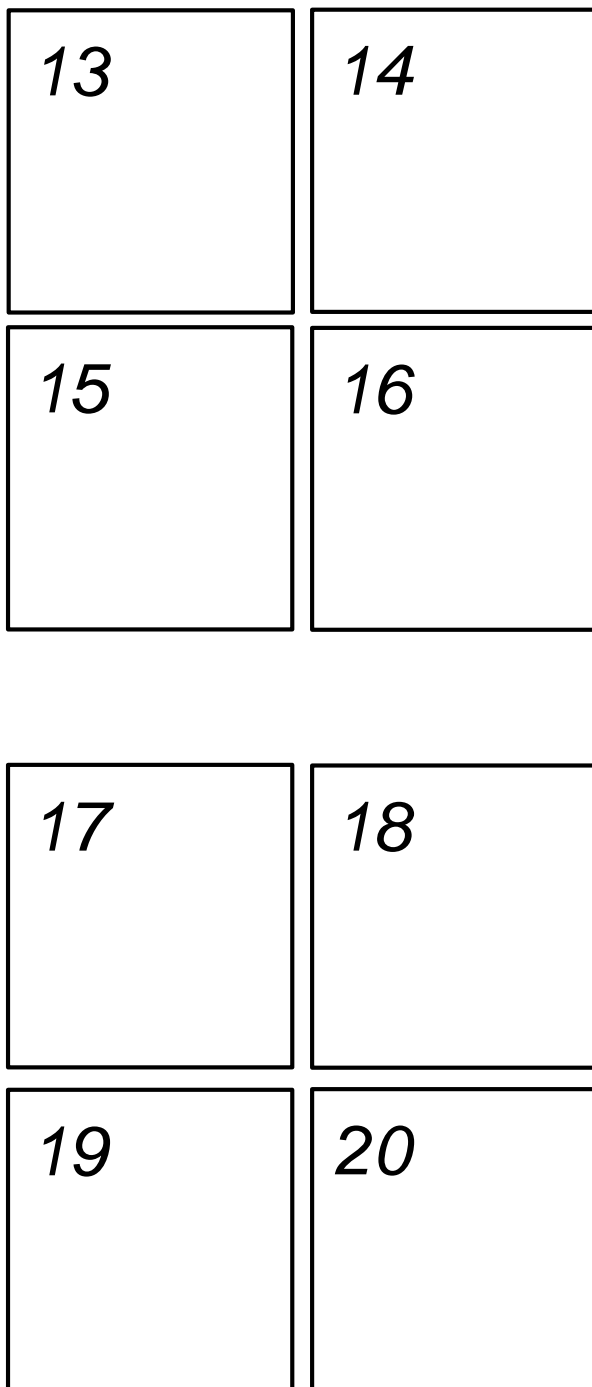
11. Foto do buriti, que é também um dos alimentos importantes para o povo Xakriabá. Antigamente era consumido em maior quantidade. Foto de Nicolau Xakriabá, 2015. (Célia Xakriabá, 2018).

12

12. Foto do plantio coletivo de milho e feijão produzido pelo projeto do banco de semente tradicional Xakriabá, foto de Nicolau Xakriabá, 2016 (Célia Xakriabá, (2018).



2.3.2 Prancha III-2: encontros da juventude



13. Juventude Xakriabá no 19 de Abril de 2007. Foto de Edgar Xakriabá.

14. Juventude Xakriabá na formatura do Ensino Médio da Aldeia Prata (dezembro de 2021).

15. Presença das mulheres indígenas no Encontro da Juventude, aldeia Prata.

16. Juventude Xakriabá em seu território. Arquivo pessoal, 2024.

17. Juventude discute a gestão territorial no 2º encontro aldeia Prata. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá.

18. Juventude se fortalece no local dos mártires no dia 12/02/2022. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá.

19. Momento de preparação e pintura corporal dia 12/02/2016. Foto arquivo pessoal.

20. Espaço de formação da juventude no chão da aldeia. Foto: arquivo pessoal, 2023.





2.3.3 Prancha III-3: articuladores

17

18

19

21. Importantes representantes da juventude Xakriabá: Romildo, Edgar, Juvana e Célia. Outubro, 2023.
22. Vaykõ Tô Akwê Xakriabá: Vagney Xakriabá. Coordenador técnico (CTL) Funai do povo Xakriabá. Fonte de entrevista. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá.
23. Netinha Xakriabá. Fonte de entrevista. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá. Segundo Encontro aldeia Prata. 09/04/2022.



2.3.4 Prancha III-4: participação em atividades junto das lideranças

20

24. Juventude Xakriabá no local dos mártires 12 de fevereiro. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá

21

25. Caciques e lideranças em diálogos com a Juventude no local dos mártires no dia 12 de fevereiro. Foto edgar Kanaykõ Xakriabá

22

26. Diálogo entre Juventude, Caciques, Lideranças e a Deputada Federal Célia Xakriabá na gestão territorial. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá.

23

27. Juventude Xakriabá no local dos Mártires, Lançamento da candidatura da Deputada Federal Célia Xakriabá ano 2022. Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá.





2.3.5 Prancha III-5: Monitoramento Comunitário Xakriabá contra a pandemia

24

25

26

27

28. Jovem Edvan Srêwakmôwê durante atividades nas barreiras sanitárias do Monitoramento Comunitário Xakriabá, 2021. Foto Edgar Kanaykô Xakriabá.

29. Jovens mulheres trabalhando nas barreiras sanitárias, 2021. Foto Edgar Kanaykô Xakriabá.

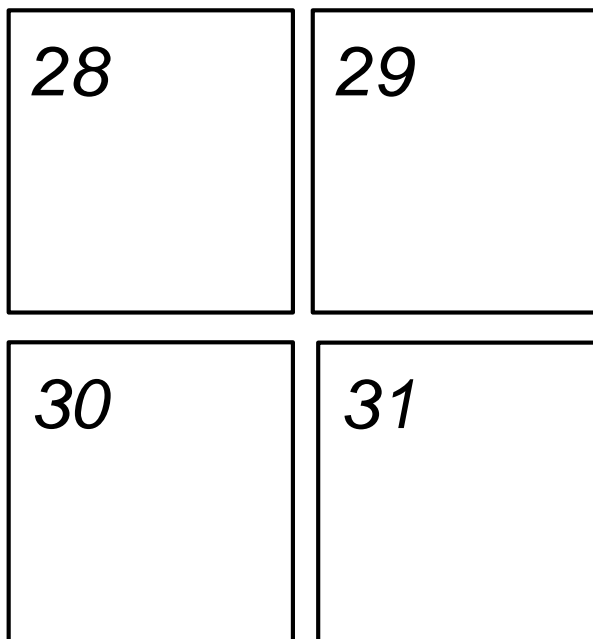
30. Jovens atuando em barreira sanitária próximo à aldeia Santa Cruz, 2021. Foto Edgar Kanaykô Xakriabá.

31. Juventude se organizando na barreira sanitária da Santa Cruz, 2021. Foto Edgar Kanaykô Xakriabá.





2.3.6 Prancha III-6: Informativos para organização



32. Chamado para o ATL,
encaminhado via
Whatsapp

33. Campanha de
arrecadação da
Articulação da Juventude
encaminhada por
whatsapp

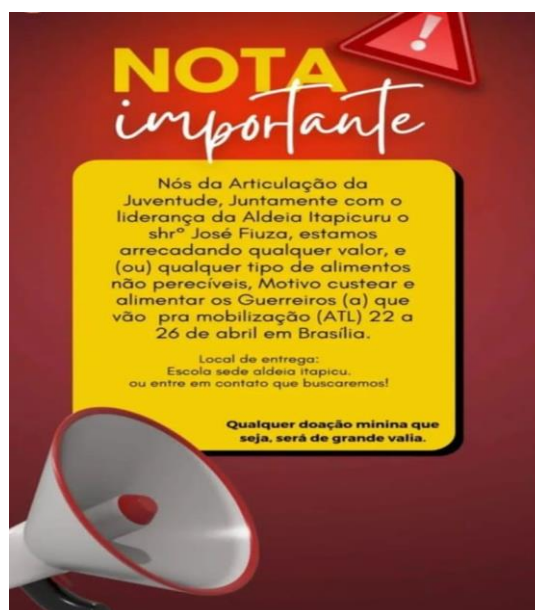
34. Campanha de
arrecadação de alimentos
promovida pela
Articulação da Juventude

35. Lembrete de mobilização
de arrecadação de
recursos, encaminhada
via whatsapp.

Aviso

A liderança João Batista juntamente com a comunidade da Aldeia São Domingos pede a todos que puderem ajudar com qualquer tipo de alimentos para recadação da viagem dos guerreiros que irão para luta (ATL em Brasília). Lembrando que qualquer tipo de alimento será bem vindo e ajudará muito. Local de entrega: Escola Aldeia São Domingos

Contamos com a ajuda de todos!

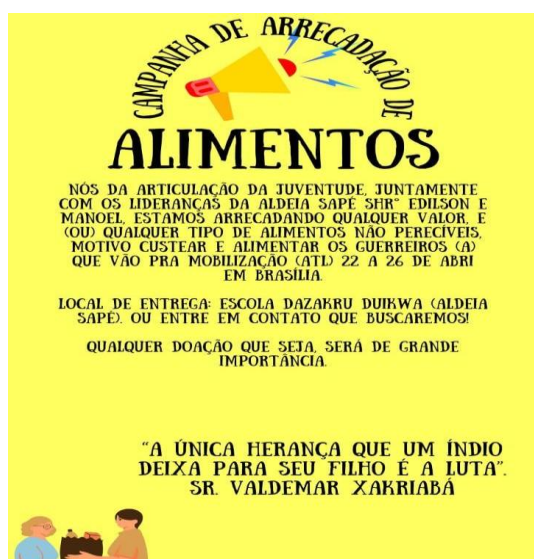


NOTA
importante

Nós da Articulação da Juventude, Juntamente com o liderança da Aldeia Itapicuru o shrº José Fiuza, estamos arrecadando qualquer valor, e (ou) qualquer tipo de alimentos não perecíveis, Motivo custear e alimentar os Guerreiros (a) que vão pra mobilização (ATL) 22 a 26 de abril em Brasília.

Local de entrega:
Escola sede aldeia Itapicu,
ou entre em contato que buscaremos!

Qualquer doação minina que seja, será de grande valia.




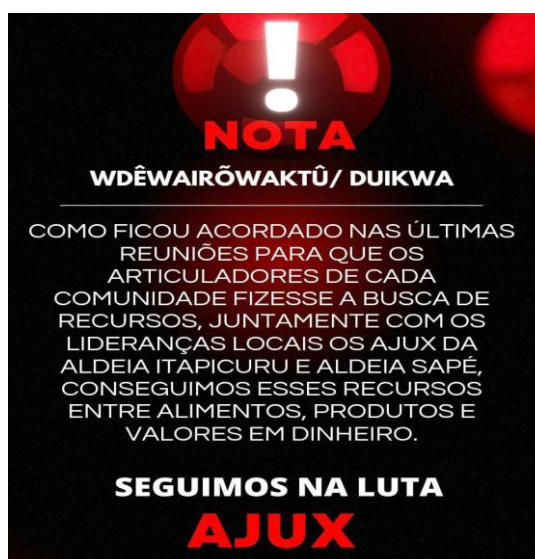
CAMPANHA DE ARRECADAÇÃO DE ALIMENTOS

NÓS DA ARTICULAÇÃO DA JUVENTUDE, JUNTAMENTE COM OS LIDERANÇAS DA ALDEIA SAPÉ SHRº EDILSON E MANOEL, ESTAMOS ARRECADANDO QUALQUER VALOR, E (OU) QUALQUER TIPO DE ALIMENTOS NÃO PERECÍVEIS, MOTIVO CUSTEAR E ALIMENTAR OS GUERREIROS (A) QUE VÃO PRA MOBILIZAÇÃO (ATL) 22 A 26 DE ABRIL EM BRASÍLIA.

LOCAL DE ENTREGA: ESCOLA DAZAKRU DUKWA (ALDEIA SAPÉ). OU ENTRE EM CONTATO QUE BUSCAREMOS!

QUALQUER DOAÇÃO QUE SEJA, SERÁ DE GRANDE IMPORTÂNCIA.

"A ÚNICA HERANÇA QUE UM ÍNDIO DEIXA PARA SEU FILHO É A LUTA".
SR. VALDEMAR XAKRIABÁ

NOTA

WDÊWAIŖŌWAKTÛ/ DUKWA

COMO FICOU ACORDADO NAS ÚLTIMAS REUNIÕES PARA QUE OS ARTICULADORES DE CADA COMUNIDADE FIZESSE A BUSCA DE RECURSOS, JUNTAMENTE COM OS LIDERANÇAS LOCAIS OS AJUX DA ALDEIA ITAPICURU E ALDEIA SAPÉ, CONSEGUIMOS ESSES RECURSOS ENTRE ALIMENTOS, PRODUTOS E VALORES EM DINHEIRO.

SEGUIMOS NA LUTA
AJUX

2.4 Prancha IV: O movimento da juventude Xakriabá com o pé no mundo

Esta prancha está dividida em 7 partes:

- 2.4.1 Prancha IV-1: 2017;
- 2.4.2 Prancha IV-2: 2019;
- 2.4.3 Prancha IV-3: 2020;
- 2.4.4 Prancha IV-4: 2021;
- 2.4.5 Prancha IV-5: 2022;
- 2.4.6 Prancha IV-6: 2023;
- 2.4.7 Prancha IV-7: 2024.

2.4.1 Prancha IV-1: 2017

32

36. Foto no Acampamento Terra Livre 2017, quando os policiais impediram os povos indígenas de entrar no congresso e reagiram violentamente com spray de pimenta e bala de borracha, foto de Edgar Xakriabá (2017), disponível no trabalho de Célia Xakriabá (2018).



2.4.2 Prancha IV-2: 2019

33

37.ATL 26/04/2019, fonte
redes sociais. Foto:
Raissa Azevedo.



2.4.3 Prancha IV-3: 2020

34

38. Divulgação do documento final do Acampamento Terra Livre 01/05/2020, fonte: redes sociais. APIB.



2.4.4 Prancha IV-4: 2021

35

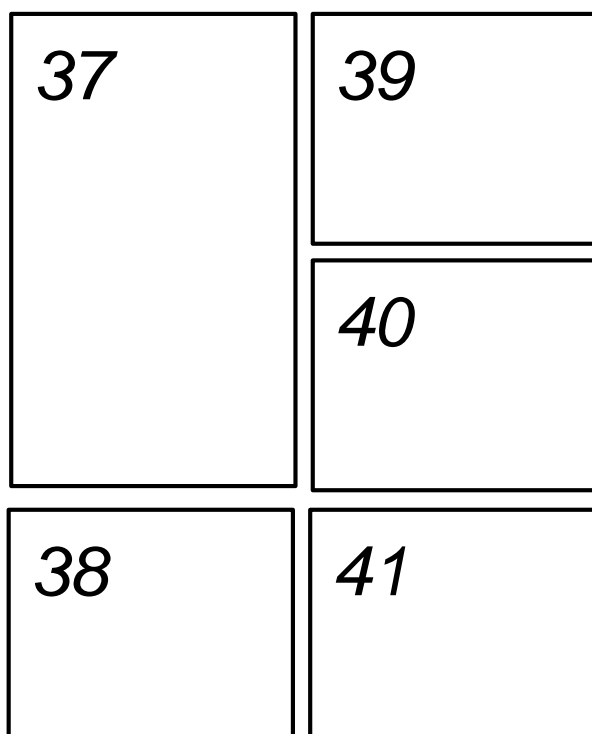
36

39. Tema da segunda edição virtual ATL. entre os dias 5 e 30 de abril de 2021, fonte redes sociais APIB.

40. Juventude em movimento Levante pela Terra em Brasília DF. 22 de Abril de 2021. Arquivo pessoal.



2.4.5 Prancha IV-5: 2022

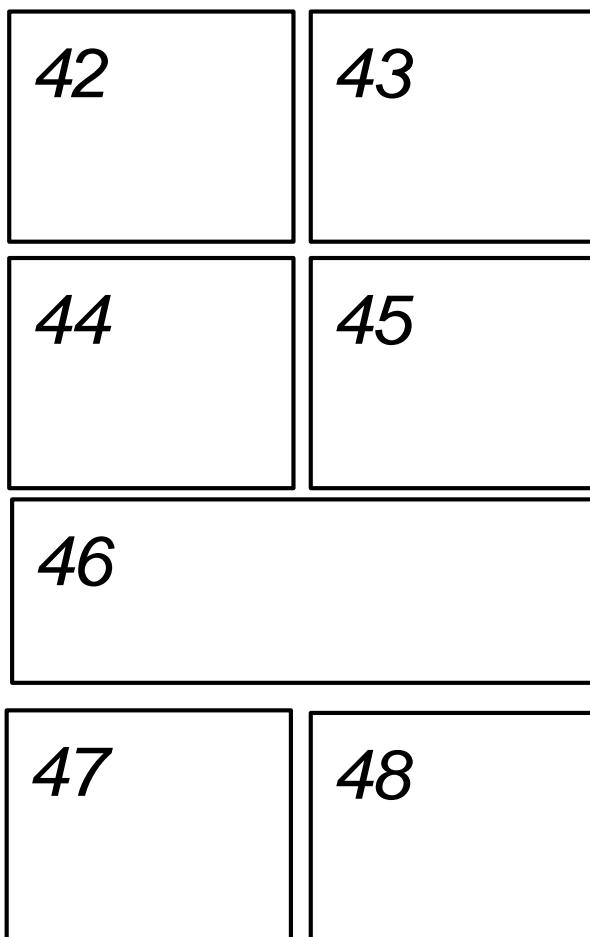


41. Jovem fazendo pintura tradicional no acampamento terra livre. foto Edgar Kanaykõ Xakriabá. Abril de 2022.
42. Juventude em repúdio ao Marco territorial no Acampamento Terra Livre ano 2022, Foto Edgar Kanaykõ Xakriabá.
43. Juventude em movimento pelas ruas de Brasília ano 2022, foto de Edgar Xakriabá.
44. Momento de encontro e preparação, 2022. Arquivo pessoal.
45. Juventude e Foto no ATL de 2022, foto de Edgar Kanaykõ Xakriabá.



2.4.6. Pranchas IV-6: 2023

2.4.6.1 Prancha IV-6.1: 2023



46. Autor na Faculdade de Educação da UFMG em apoio à mobilização contra o Marco Temporal, 2023.

47. Juventude Xakriabá ocupando o congresso nacional. Foto Edgar Kanaykō Xakriabá, 2023.

48. Juventude Xakriabá no ritual durante o Acampamento Terra Livre, 2023. Foto Edgar Kanaykō Xakriabá.

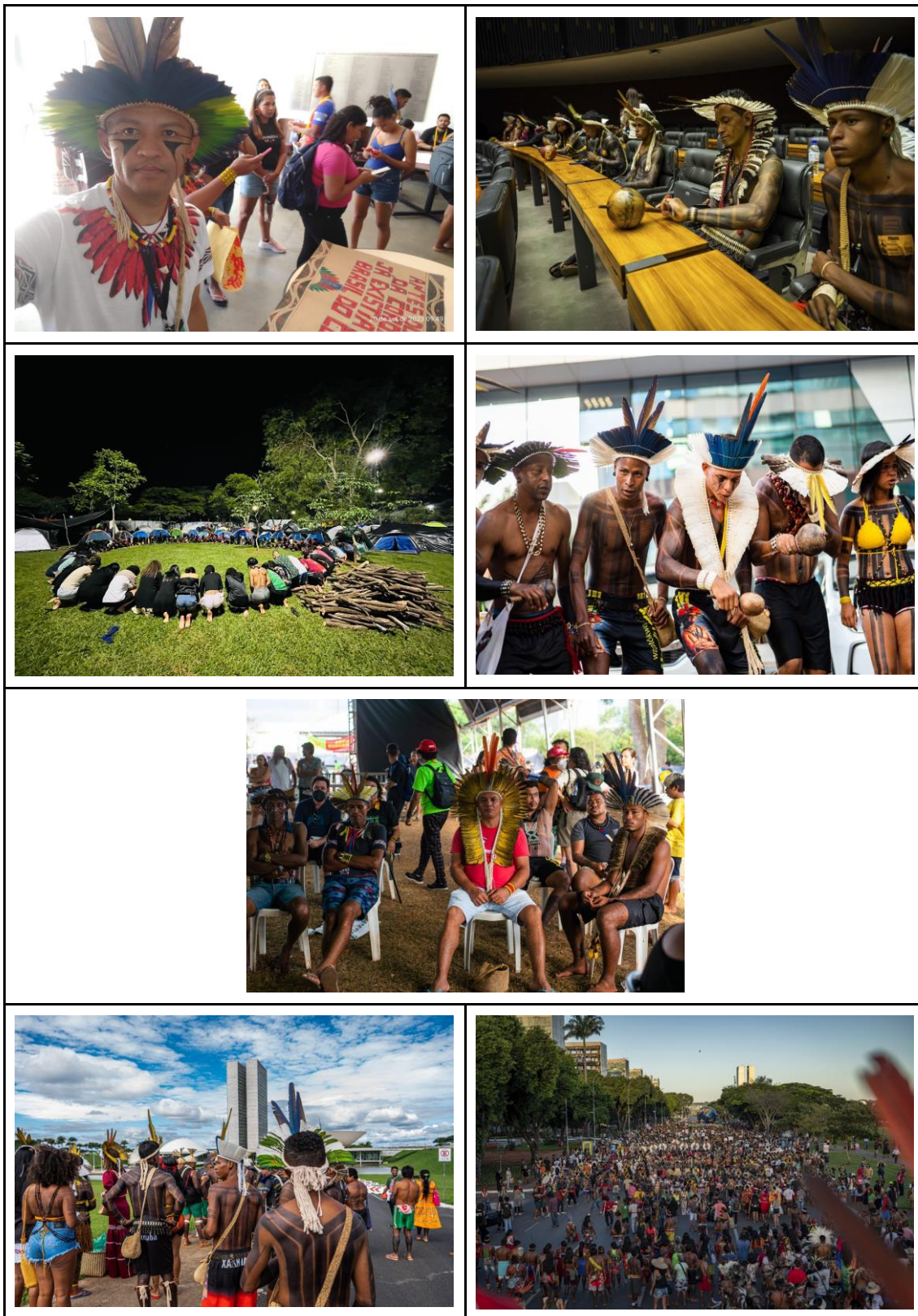
49. Resistência jovens no movimento Nacional Indígena, 2023. Foto Edgar Kanaykō Xakriabá.

50. Cacique e juventude no Acampamento Terra Livre, 2023. Foto Edgar Kanaykō Xakriabá.

51. Juventude e Movimento Nacional Indígena, 2023. Fonte: Edgar kanaykō Xakriabá.

52. A grande marcha dos povos Indígenas em

Brasília, 2023. Foto:
Edgar Kanaykô Xakriabá.



2.4.6.2 Prancha IV-6.2: 2023

49

50

53. Juventude Indígena
Xakriabá demarcando
espaço na Marcha das
Mulheres no
Acampamento Terra
Livre em Brasília/DF. Foto
Edgar Kanaykō Xakriabá,
2023.

54.A Organização
Sachamama reconhece a
luta das mulheres
indígenas, entre elas
Célia e Artemisa
Xakriabá, 2023.



CORPOS TERRITÓRIOS ENTRE OS 100 LATINOS MAIS INFLUENTES



2.4.7 Pranchas IV-7:2024

2.4.7.1 Prancha IV-7.1:2024

51

55. Juventude Xakriabá no
ATL de 2024.



2.4.7.2 Prancha IV-7.2:2024

52

53

54

55

56

57

56. Capa de material de divulgação da ATL 2024 feito por Denilson Baniwa.

57. Panfleto 1 com pontos de exigência ATL 2024.

58. Panfleto 2 com pontos de exigência ATL 2024.

59. Panfleto 3 com pontos de exigência ATL 2024.

60. Panfleto 4 com pontos de exigência ATL 2024.

61. Panfleto 5 com pontos de exigência ATL 2024.



Ao Poder Executivo

1 **Demarcação imediata das Terras Indígenas** Morro dos Cavalos (SC), Toldo Imbu (SC), Xucuru Kariri (AL) e Potiguar de Monte-Mor (PB), anunciadas entre as terras indígenas que seriam homologadas nos primeiros 100 dias de mandato, conforme indicado no relatório do Governo de Transição.

2 **Finalização do processo de demarcação das 23 Terras Indígenas** cujos processos administrativos de demarcação aguardam apenas a portaria declaratória, e que estão na relação enviada pelo Ministério dos Povos Indígenas ao Ministério da Justiça à época da reforma ministerial de 2023.

3 **Determinação política e dotação orçamentária** para o prosseguimento da demarcação, homologação, proteção e garantia da posse plena e permanente de TODAS as Terras Indígenas existentes em todas as regiões e biomas do Brasil: Cerrado, Pampa, Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Amazônia.

4 **Fortalecimento do Ministério dos Povos Indígenas, FUNAI e Sesai** com dotação orçamentária robusta e compatível com os desafios de fortalecer as políticas e ações voltadas para os povos indígenas.

5 **Maior empenho do Governo Federal para interromper a agenda anti-indígena no Congresso Nacional**, com compromisso concreto da Casa Civil e do Ministério de Relações Institucionais e das lideranças do Governo no Parlamento, no Senado e na Câmara dos Deputados.

6 Garantir o **fortalecimento do Subsistema da Saúde Indígena** por meio da Sesai e impedir a municipalização das políticas e ações voltadas para os povos indígenas na área da saúde. Garantir, no âmbito de quaisquer políticas públicas de saúde, o Controle Social para a Saúde Indígena, com a participação efetiva dos Conselhos Locais, Distritais, Fórum de Presidentes dos Condi's e do movimento indígena.

7 Criar a **Secretaria Específica para a Educação Escolar Indígena**, no âmbito do Ministério da Educação, para a gerir as políticas públicas voltadas para os povos indígenas e articular um Sistema Próprio, composto por equipes formadas por indígenas e especialistas, assegurando recursos financeiros específicos para implantação e funcionamento do Sistema, valorização dos profissionais e formação continuada.

8 Introduzir o **Ensino Médio e Técnico Profissionalizante nas escolas indígenas**, proporcionando uma formação mais abrangente e alinhada com os projetos societários dos povos indígenas. Bem como garantir o acesso e a permanência de estudantes indígenas ao ensino superior e à pós-graduação, com inclusão dos saberes tradicionais e línguas indígenas nos planos político-pedagógicos.

9 Assegurar a **autoaplicabilidade da Convenção 169 da Organização Internacional Do Trabalho (OIT)**, no tocante ao direito de consulta livre, prévia e informada sobre quaisquer medidas administrativas e legislativas que nos afetem, tais como a instalação de empreendimentos nos nossos territórios, que nos exclui da fase de planejamento, monitoramento e avaliação, e políticas diversas decorrentes na nova economia verde. É fundamental que o governo respeite os protocolos comunitários produzidos coletivamente pelos nossos povos.

10 Garantir a **implementação efetiva dos espaços institucionais de participação e do controle social**, respeitando a autonomia dos nossos povos e das suas instâncias legítimas de representatividade.

11 Instituir uma **Política de segurança e proteção territorial específica** que priorize a repressão e eliminação rigorosa de todo tipo de organizações criminosas que acirram conflitos e a violência contra os nossos povos e territórios, intimidando as nossas comunidades, perseguindo e assassinando as nossas lideranças.

12 Reestruturar de forma efetiva o **Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos, Comunicadores e Ambientalistas (PPDDH)**, de modo que haja adequação orçamentária necessária, seja considerada a especificidade das lideranças indígenas ameaçadas, seja dada atenção por parte do Governo Federal aos problemas políticos nas relações com estados federados e órgãos de segurança pública para a implantação de medidas protetivas e se consiga estabelecer um diálogo pedagógico com o Sistema de Justiça para sensibilizar e instrumentalizar os operadores do Direito a respeito da pauta dos defensores e defensoras de Direitos Humanos.

13 Financiar os **Planos de Gestão Territorial e Ambiental das Terras Indígenas** como alternativa comunitária de conter o avanço da mineração industrial e do garimpo em terras indígenas.

14 Implementar **medidas para eliminar os impactos da cadeia de produção e exportação de commodities nos territórios indígenas**, incluindo a adoção de um sistema nacional de rastreabilidade e o endosso a regulações internacionais que busquem promover a cadeias produtivas livres de desmatamento e de violações de direitos. Além disso, refutar acordos bilaterais ou multilaterais que promovam a expansão da fronteira agrícola, como o Acordo de Livre Comércio Mercosul - União Europeia.

15 Fomentar a **sustentabilidade econômica dos nossos territórios**, estimulando e financiando as múltiplas formas de produção indígena. Uma forma eficaz de promover a proteção territorial contra os arrendamentos, a agricultura extensiva que utiliza agrotóxicos e as invasões de grileiros, madeireiros e diversas organizações criminosas. Precisamos gerar renda e valorizar os conhecimentos ancestrais de nossos povos que vivem em equilíbrio com o meio ambiente há gerações.

16 Criar **políticas públicas específicas para mulheres, jovens e pessoas indígenas em contexto urbano**, com a finalidade de enfrentar as vulnerabilidades vivenciadas, considerando as diversidades e a organização social de cada povo.

17 Impulsionar a **descarbonização da matriz energética brasileira**, com incentivo às energias renováveis que previnam e reparem danos socioambientais, com o devido respeito aos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais, de modo a proteger nossos modos de vida, tradicionalidades e biodiversidades da produção em larga escala de energia. A produção de energia limpa deve, portanto, incluir entre as salvaguardas o controle público do uso da terra, a obrigatoriedade de realização da consulta prévia, do EIA/RIMA, o monitoramento dos empreendimentos e a reparação integral dos danos causados.

18 **Consolidação da experiência do Comitê de Desintrusão**, derivado das conquistas judiciais do movimento indígena na ADPF 709, em política pública de Estado, que regulamente e preveja orçamento para a desintrusão de todas as terras indígenas invadidas.

19 Esforço interministerial para a **implementação da Convenção de Minamata no Brasil**, garantidos os espaços para a efetiva participação indígena neste processo e o compromisso do Poder Público com a apresentação de medidas e respectivo orçamento para a recuperação dos territórios indígenas contaminados pelo mercúrio utilizado no garimpo ilegal.

Ao Poder Legislativo

20 Retirada de tramitação e **arquivamento definitivo das Propostas de Emenda à Constituição que desconstitucionalizam os direitos indígenas**, a exemplo da PEC 132/2015, PEC 48/2023, PEC 59/2023 e PEC 10/2024, tendo em vista que os direitos indígenas são cláusulas pétreas e não podem sofrer retrocessos mesmo na forma de propostas de emenda à Constituição Federal.

21 **Interromper o genocídio legislado e aprovar projetos de lei que garantam direitos aos povos indígenas**, tornando a PNGATI uma política de Estado (PL 4347/2021), reconhecendo os Agentes Indígenas de Saúde e Agentes Indígenas de Saneamento no Subsistema de Atenção à Saúde Indígena (PL 3514/2019), viabilizando medidas de enfrentamento às violências contra as mulheres indígenas (PL 4381/2023) e garantindo cotas para pessoas indígenas em concursos públicos federais, estaduais e municipais (PL 4386/2019, PL 5.476/2020 e PL 1.958/2021).

22 **Ratificação do Acordo de Escazú pelo Estado brasileiro**, para comprometer o Brasil internacionalmente com a defesa do meio ambiente e de seus defensores e aumentar a transparência e a participação social na tomada de decisões ambientais e climáticas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este percurso acadêmico buscou apresentar os movimentos da juventude Xakriabá, dentro e fora do território, diante das histórias de luta deste povo marcada pela dor e sofrimento na luta pela demarcação de suas terras, reconhecidas e homologadas entre 1979 e 1987, e que abrangem 53.231 hectares, menos da metade em que reza o documento da doação.

A resiliência do povo Xakriabá se manifesta na forma de se organizar em mutirões para demarcar as terras, preservar a cultura, línguas e tradições, desafiando a opressão de fazendeiros e as proibições culturais impostas.

A resistência é exemplificada na figura de líderes como Rosalino, Rodrigo, Rosalvo Fiuza, Zé Fiuza, Valdemar Ferreira dos Santos, Zé de Benvindo, Cacique Domingos Nunes de Oliveira que, junto a outros, enfrentaram ameaças e episódios de violência por parte de fazendeiros. A Funai é um ator crucial na recuperação de terras e na defesa dos direitos do povo Xakriabá, que se agravaram com episódios de conflito. O cacique Domingos assumiu a liderança após a morte de Rodrigo.

O desempenho da Juventude Indígena tem papel vital nesta luta, organizando encontros e fóruns, como o Acampamento Terra Livre, para discutir e fortalecer as tradições culturais e garantia dos direitos e costumes. Essa mobilização é essencial para a revitalização cultural e linguística e para a união entre povos.

Este trabalho acadêmico reflete sobre a juventude Xakriabá, destaca a importância da mobilização cultural e da liderança juvenil dentro das aldeias, atestando a conexão dos jovens com a ancestralidade e suas responsabilidades sociais.

Vale destacar a importância de se refletir sobre os desafios e conquistas na luta histórica dos povos indígenas no Brasil, marcada pela colonização e suas consequências e enfatizada ao mencionar o impacto positivo da Constituição de 1988, que garantiu direitos, mas também os desafios que persistem. A mobilização nos anos 1970 e 1980 resultou na formação de organizações importantes como a UNI e a FIB.

Em tempos recentes, a juventude Xakriabá, especialmente em 2014, se mobilizou para os enfrentamentos nos movimentos e fortalecimento de sua

atuação. Durante a pandemia os esforços e organização para proteger as comunidades, demonstrou solidariedade e comprometimento com os mais vulneráveis.

A importância do Acampamento Terra Livre (ATL), que começou em 2000, é um evento significativo que reúne os povos indígenas para discutir direitos e proteção de seus territórios. O ATL de 2004 foi notável por sua ampla participação e pela mobilização em defesa dos direitos indígenas, alcançando a 20ª edição em 2024 .

Esta narrativa destaca a importância de preservar a história e as tradições indígenas, evidenciando a luta dos Xakriabá por identidade, direitos e território. Estes relatos históricos e a mobilização atual apontam não apenas para os desafios enfrentados, mas também para a força e a determinação dos indígenas em preservar suas culturas e defender seus direitos, assegurando um futuro para as próximas gerações. Este percurso é apoiado por imagens que expressam essas histórias e contribuições, reforçando a importância da memória visual na luta indígena.

REFERENCIAL TEÓRICO

APIB - Articulação dos Povos Indígenas do Brasil. **Acampamento Terra Livre - Retomando o Brasil**: demarcar territórios e aldear a política. 2022. Disponível em: <<https://apiboficial.org/historico-dos-atls/>>. Acesso em: 23 ago. 2024.

BOSON, V.H.C. Brasil, outros 500: a marcha dos 2000 vinte anos depois. **Le Monde**, Diplomatie Brasil, 2000. Disponível em: <<https://diplomatie.org.br/brasil-outros-500-a-marcha-dos-2000-vinte-anos-depois/>>. Acesso em: 04 mai. 2024.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidente da República, [2016]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 02 mai. 2024.

IBGE. **Os indígenas no Censo de 2022**. IBGEeduca/Jovens, 2024. Disponível em: <<https://educa.ibge.gov.br/criancas/brasil/nosso-povo/22324-os-indigenas-no-censo-2022.html#:~:text=O%20Censo%202022%20revelou%20que,da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20total%20do%20pa%C3%ADs.>>. Acesso em: 05 set. 2024.

CORRÊA, Célia Nunes. (XAKRIABÁ, Célia.). O barro, o genipapo e o giz no fazer epistemológico de autoria Xakriabá: reativação da memória por uma educação territorializada. 2018. 218 p. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Desenvolvimento Sustentável) – Universidade de Brasília, Brasília, 2018.

CORRÊA, Edgar Nunes. (KANAYKÕ XAKRIABÁ, Edgar.). Etnovisão: o olhar indígena que atravessa a lente. 2019. 218 p. **Dissertação** (Mestrado Profissional em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990)**. São Paulo: Paulinas, 2012.